



# IPG

Politécnico  
da Guarda

Polytechnic  
of Guarda

## **Mestrado em Gestão**

### *Contabilidade*

Relatório de Atividade Profissional  
na Ecoconta, Serviços de  
Contabilidade e Gestão do Sabugal, Lda.  
na Área de Contabilidade

Luis Carlos Carreto Lages

julho | 2013



Escola Superior  
de Tecnologia e Gestão



**ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL**  
**NA ECOCONTA, SERVIÇOS DE**  
**CONTABILIDADE E GESTÃO DO SABUGAL,**  
**LDA. NA ÁREA DE CONTABILIDADE**

---

**PROJETO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**  
**EM GESTÃO: ESPECIALIDADE EM CONTABILIDADE**

**Orientador: Professor Fernando José Pêga Magro**

**LUIS CARLOS CARRETO LAGES**

**Julho / 2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Queria agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador Professor Fernando Pêga Magro, por ter aceitado ajudar-me a efetuar este Projeto Aplicado e pela dedicação demonstrada. Em segundo lugar a todos os professores e colegas que me acompanharam e ajudaram ao longo deste Mestrado em Gestão – Especialização em Contabilidade.

Por fim gostaria de deixar o meu agradecimento à família, em especial à minha esposa e filhos, pela paciência e apoio que me deram ao longo destes meses sem nunca reclamarem do tempo que deixei de lhes dedicar.

## RESUMO

O relatório de atividade profissional tem por objetivo apresentar a atividade desenvolvida na Ecoconta - Serviços de Contabilidade e Gestão do Sabugal, Lda., desde 1988, na área de Contabilidade. Assim, pretende-se, por um lado, discutir as experiências e competências adquiridas ao longo do percurso profissional e, por outro lado, demonstrar a capacidade de identificação e desenvolvimento de soluções, de reflexão sobre as ações realizadas e suas implicações éticas e sociais e de comunicação das conclusões a apresentar.

Como metodologia propõe-se, para enquadramento teórico, uma revisão de literatura dos normativos legais nacionais e internacionais aplicáveis na área de Contabilidade. Como complementar à análise descritiva da atividade profissional desenvolvida na Ecoconta - Serviços de Contabilidade e Gestão do Sabugal, Lda. utiliza-se o método de estudo de caso.

No final são propostas algumas alterações nos procedimentos e imagem atual da empresa.

**Palavras-chave:** Contabilidade, fiscalidade, atividade profissional, impostos

## ABSTRACT

The purpose of the professional activity report is to present the activity developed in Ecoconta – Serviços de Contabilidade e Gestão do Sabugal, Lda. since 1988 in the area of Accounting. Thus, it is intended, on the one hand, to discuss the experiences and competencies acquired during the professional career and, on the other hand, to demonstrate the ability to identify and develop solutions, to reflect on the actions taken and their ethical and social implications, and to present the conclusions.

As methodology we propose, for theoretical framing, a review of the literature of the national and international legal standards applicable in the field of Accounting. As a complement to the descriptive analysis of the work developed in Ecoconta – Serviços de Contabilidade e Gestão do Sabugal, Lda. we use the case study method.

In the end we propose some changes in the procedures and current image of the company.

**Key words:** accounting, fiscal policy, business, taxes

# ÍNDICE

	Pág.
Glossário de Siglas .....	vii
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Quadros .....	x
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I – ANÁLISE TEÓRICA .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1 – Normativo Contabilístico em Portugal .....</b>	<b>5</b>
1.1. Enquadramento.....	5
1.2. A Evolução da Contabilidade até ao SNC.....	6
1.3. O Sistema de Normalização Contabilístico.....	18
1.3.1. Estrutura Concetual.....	18
1.3.2. As alterações nas DF's decorrentes da adoção do novo normativo.....	26
1.3.3 As Demonstrações Financeiras.....	28
1.4. Os níveis de Relato Financeiro.....	41
1.5. Considerações Finais .....	45
<b>Capítulo 2 – Normativo Fiscal em Portugal .....</b>	<b>47</b>
2.1. Enquadramento .....	47
2.2. A organização do Sistema Fiscal.....	47
2.2.1. Princípios e conceitos básicos sobre fiscalidade.....	50
2.2.2. Momentos da obrigação do Imposto.....	53
2.2.3. Entidades Participantes.....	55
2.2.4. Classificação dos Impostos.....	56
2.3. Impostos sobre o Rendimento.....	59
2.3.1. IRS.....	59
2.3.2. IRC.....	64
2.4. Outros Impostos.....	73
2.4.1. IVA.....	73
2.4.2. IMI.....	83
2.5. Considerações Finais .....	84

<b>PARTE II – ANÁLISE EMPÍRICA .....</b>	<b>85</b>
<b>Capítulo 3 – A Empresa ECOCONTA, LDA .....</b>	<b>86</b>
3.1. Enquadramento .....	86
3.2. Breve Historial da Empresa .....	86
3.3. Os <i>Stakeholders</i> da Empresa .....	93
3.4. Análise SWOT da Empresa .....	96
3.5. Considerações Finais.....	103
<b>Capítulo 4 – A Atividade Profissional Desenvolvida.....</b>	<b>105</b>
4.1. Enquadramento.....	105
4.2. Breve historial.....	105
4.3. Situação Económica e Financeira.....	106
4.4. Receção e organização de documentos.....	107
4.5. Práticas de Controlo Interno.....	108
4.6. Encerramento de Contas e “Dossier Fiscal”.....	109
4.7. Preparação das Informações Contabilísticas para elaboração de relatórios.....	111
4.8. Contatos ligados à profissão de TOC.....	112
4.9. Controlo de Satisfação de Clientes.....	112
4.10. Alteração da imagem da empresa.....	117
4.11. Considerações Finais .....	120
<b>Conclusões</b>	<b>121</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>124</b>

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

ABDR – Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados  
CC – Código Comercial  
CCI – Código da Contribuição Industrial  
CE – Comissão Europeia  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas  
CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares  
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado  
CLC – Certificação Legal de Contas  
CNC – Comissão de Normalização Contabilística  
CRC – Código do Registo Comercial  
CRP – Constituição da República de Portugal  
CSC – Código das Sociedades Comerciais  
DC – Diretriz Contabilística  
DGCI – Direção Geral de Cobrança de Impostos  
DF – Demonstração Financeira  
EC – Estrutura Concetual  
IAS – International Accounting Standards  
IEFP – Instituto de Formação Profissional  
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis  
IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis  
IRC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoal Coletivas  
IRS – Imposto sobre o Rendimento de Singulares  
IT – Interpretações Técnicas  
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado  
Lda. – Limitada  
LGT – Lei Geral Tributária  
ME – Micro Entidade  
Nº - Número



NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PE – Pequenas Entidades

PEC – Pagamento Especial por Conta

PME – Pequena e Média Empresa

POC – Plano Oficial de Contas

PPC – Pagamento por Conta

TOC – Técnico Oficial de Contas

UE – União Europeia

SHST – Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1. Funcionamento da Sociedade	49
Figura 2. Organograma da empresa	90
Figura 3. Inquérito de Satisfação	113
Figura 4. Cálculo da Satisfação e do Desempenho	116
Figura 5. Logótipo Atual	117
Figura 6. Proposta para Papel Timbrado	118
Figura 7. Proposta para Cartão de Visita	119

## ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1. Tabela de ligação entre o Código de Contas e o Balanço em SNC	32
Quadro 2. Tabela de ligação entre o Código de Contas e DR por naturezas	36
Quadro 3. Imposto <i>Versus</i> Taxa <i>Versus</i> Multa	52
Quadro 4. Ficha de caracterização	86
Quadro 5. Repartição do Capital	87
Quadro 6. Planeamento e Controlo da Gestão	90
Quadro 7. Produção	91
Quadro 8. Marketing e Vendas	91
Quadro 9. Sistemas de Informação	91
Quadro 10. Qualidade, Ambiente e SHST	92
Quadro 11. Logística	92
Quadro 12. Caracterização da Estrutura de Recursos Humanos	92
Quadro 13. Recursos Humanos	93
Quadro 14. Atividades de Negócio	93
Quadro 15. Produtos e Serviços	93
Quadro 16. Análise de Mercados	94
Quadro 17. Principais Indicadores Económicos	100
Quadro 18. Análise da Concorrência	102
Quadro 19. Análise SWOT	103
Quadro 20. Indicadores	106
Quadro 21. Análise da Situação Económica e Financeira	107



# INTRODUÇÃO

## Introdução

---

O relatório de atividade profissional tem por objetivo apresentar a atividade desenvolvida na Ecoconta - Gabinete de Contabilidade e de Gestão do Sabugal, Lda., desde 1988, na área de Contabilidade. Assim, pretende-se, por um lado, discutir as experiências e competências adquiridas ao longo do percurso profissional e, por outro lado, desenvolver a capacidade crítica para participar de forma interventiva e pró-ativa na definição de estratégias e implementação de práticas na Ecoconta, Lda., em áreas como:

- ✚ contribuições e impostos (Direção Geral de Impostos / Segurança Social);
- ✚ práticas de controlo interno;
- ✚ encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o “dossier fiscal”;
- ✚ preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica a prestar à entidade-cliente;
- ✚ conduta ética e deontológica associada à profissão.

Assim, pretende-se:

- ✚ por um lado, discutir as experiências e competências adquiridas ao longo do percurso profissional; e
- ✚ por outro lado, demonstrar a capacidade de identificação e desenvolvimento de soluções, de reflexão sobre as ações realizadas e suas implicações éticas e sociais e de comunicação das conclusões a apresentar.

Como aprendizagens a efetuar no âmbito do presente relatório de atividade profissional podem salientar-se:

- ✚ conhecimento dos normativos legais nacionais e internacionais em vigor à data, em paralelo com o conhecimento histórico da sua aplicabilidade;
- ✚ desenvolvimento da capacidade de identificação e desenvolvimento de soluções, de reflexão sobre as ações realizadas e suas implicações éticas e sociais e de comunicação das conclusões a apresentar;

- ✚ desenvolvimento da capacidade crítica para participar de forma interventiva e pró-activa na definição de estratégias e implementação de práticas na Ecoconta, Lda.

Este Projeto Aplicado tem a seguinte estrutura:

Na primeira parte vai ser feita uma análise teórica que pretende enquadrar as obrigações contabilísticas e fiscais no âmbito da atividade profissional.

Na segunda parte pretende-se apresentar uma análise empírica da empresa, onde se inclui o historial, análise SWOT, descrição da atividade desenvolvida e propostas de intervenção.

**PARTE I**

**ANÁLISE TEÓRICA**



---

# Normativo Contabilístico em Portugal





## 1.1. Enquadramento

A evolução da contabilidade está estreitamente relacionada com a evolução e o desenvolvimento das sociedades. No fundo, são os fatores de enquadramento externo que condicionam o ritmo das mutações e dos processos geradores de inovação ao nível social, económico e cultural.

No que concerne à contabilidade, enquanto ciência da medida dos fenómenos patrimoniais, tem-lhe cabido, em cada momento, suportar toda a informação pertinente para a tomada de decisões aos diferentes níveis da actividade económica e empresarial.

As sociedades modernas introduziram um papel crescente do Estado na construção das estruturas económico-sociais. Esse desígnio tem exigido um esforço colectivo de crescente envergadura, cujo reflexo tem sido um aumento significativo da carga tributária. Daí decorre que a contabilidade, enquanto suporte básico para o funcionamento da fiscalidade, tem percorrido um caminho de permanente interacção, o que tem justificado um ajustamento recíproco entre ambas para garantia da eficiência na prestação útil e oportuna da informação necessária à liquidação e cobrança de impostos.

Neste capítulo vai ser caracterizado o sistema de contabilidade em Portugal, começando por fazer uma síntese da evolução do Normativo Contabilístico Nacional, assim:

-  1976 – Criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC);
-  1977 – Aprovação do primeiro POC (POC/77);
-  1986 – Adesão de Portugal à UE;
-  1989 – Revisão do POC para transpor a IV Diretiva;

- ✚ 1991 – Publicação do DL 238/91 para implementar a VII Diretiva. A partir desta data a CNC começa a emitir Diretrizes Contabilísticas (DC) com a finalidade de ir adotando as linhas contabilísticas internacionais;
- ✚ 2003 – A CNC emite o Projeto de linhas de orientação para a criação de um novo modelo de Normalização Contabilística;
- ✚ 2006 – Proposta da CNC de 19 de Outubro do novo Sistema de Normalização Contabilística com vista à substituição do POC;
- ✚ 2009 – Em 23 de Abril foi aprovado em Conselho de Ministros o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e em 13 de Julho foi publicado em diário da República o DL 158/2009 que aprova o SNC, o DL 159/2009 que aprova o novo CIRC e o DL 160/2009 que aprova a nova CNC;

Seguidamente vai ser desenvolvida a evolução do POC para SNC, a estrutura conceptual do SNC e os normativos vigentes (NIC, NCRF, NCRF-PE, NCM)

## **1.2. A evolução da Contabilidade até ao SNC**

A contabilidade, que se pensa ter surgido para dar resposta à necessidade de suprir as limitações da memória humana, constitui, sob esse fundamento, um ramo do conhecimento tão antigo como o próprio homem.

Porém, e não obstante a sua longevidade, os seus avanços não apresentam um registo proporcional à sua antiguidade. Recorde-se que a primeira Escola de Comércio criada em Portugal, por iniciativa de Marques de Pombal, denominada de “Aula de Comércio”, data de Maio de 1759 e tinha como objectivo inverter o estado de ignorância que se verificava existir, ao nível técnico e profissional, e que limitava o desenvolvimento dos negócios e a expansão da economia.

Na verdade, a contabilidade não teve no passado os progressos que se registaram noutras áreas do conhecimento, em parte justificado pelo incipiente desenvolvimento da economia e pela tradição profundamente rural do país. O aparecimento de novas rotas comerciais, impulsionadas pela expansão marítima, contribuiu para intensificar as trocas comerciais e com isso a necessidade de maior organização mercantil. O processo

negocial e de repartição da riqueza vê-se assim alterado, deixando de estar circunscrito a um desenvolvimento local e individual para passar a ser feito por representantes, intermediários, grandes corporações e associações que a pouco e pouco foram criando uma infra-estrutura comercial sólida, associada ao fenómeno do aparecimento da empresa como uma entidade com personalidade jurídica distinta da do(s) seu(s) proprietário(s).

Em paralelo, a “Aula de Comércio” começa a produzir os seus efeitos, marcando um ponto de viragem no conhecimento das matérias contabilísticas e das ciências empresariais em geral. Passou assim a existir uma classe de pessoas dotadas de conhecimento técnico indispensável à promoção do desenvolvimento dos negócios.

Em Portugal, a utilização do método digráfico remonta ao século XVIII, altura em que Portugal se converte em importante potência marítima e comercial. Podemos assim dizer que se tratou de um natural aperfeiçoamento, decorrente de um melhoramento progressivo do processo ou técnica de registo utilizada, até atingir a sua configuração digráfica, em que a causa e o efeito são simultaneamente colocados em evidência através do mesmo assento ou lançamento.

Seria, porém, apenas com o século XIX, mais concretamente nos anos de 1833 e 1888, sob a influência dos códigos comerciais franceses, que surgiriam os primeiros Códigos de Comércio em Portugal e, com eles, a obrigatoriedade da preparação e apresentação de um conjunto de livros de contabilidade (diário, razão e inventários) e da sua conservação por um período mínimo de 10 anos. É nesse contexto que BRAZ MACHADO (1998) refere não fazer muito sentido falar de contabilidade antes do século XIX, momento a partir do qual se assiste à transformação da “escrituração” em “contabilidade”. Ou seja, a consagração da contabilidade como um sistema de informação verdadeiramente integrado.

A contabilidade converte-se em sistema de informação, não só em resposta a uma necessidade crescente de controlo como também, e dentro dessa sua missão, para responder a novas e cada vez mais complexas necessidades dos seus utilizadores. Nesta circunstância, o desenvolvimento da contabilidade apresenta-se como que em relação quase que directa com o desenvolvimento das sociedades e com o aumento do

conhecimento e progresso técnicos, os únicos capazes de provocar um incremento na actividade económica e, conseqüentemente, uma maior complexidade e diversidade das operações e de elementos para reconhecer e mensurar.

Todavia, o processo de modernização da contabilidade iniciar-se-ia muitas décadas depois. De acordo com FERNANDES FERREIRA (2003), até à década de sessenta do século passado eram poucos aqueles que se dedicavam ao estudo da contabilidade e os que o faziam resumiam-no a preocupações de ordem prática.

A normalização contabilística em Portugal só começa a ser discutida e a intensificar-se o seu estudo na década seguinte, como consequência da constituição, em 1974, pela mão do 1.º Governo Provisório, de uma Comissão encarregue do estudo da normalização contabilística e que viria a dar lugar ao que é hoje a Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Esta Comissão, criada por Despacho de Fevereiro de 1975, dá início à primeira fase dos trabalhos de normalização que culminaria, em Fevereiro de 1977, com a publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, através do qual se vê aprovado e em vigor o primeiro Plano Oficial de Contabilidade, vulgarmente designado de POC/77 e que pretendia institucionalizar um modelo oficial de regulamentação contabilística.

A partir de 1985, na sequência da nossa adesão à então CEE, a CNC inicia um conjunto de trabalhos com o objectivo de proceder à primeira grande reforma do POC, o que viria a acontecer em 1989, com a sua adaptação à IV Directiva, e, em 1991, à VII, para acolher, respectivamente, as regras respeitantes à preparação das contas individuais e consolidadas.

Como consequência, assistimos à aprovação do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e do Código do Registo Comercial (CRC), com o objectivo de especificar, respectivamente, os documentos que as empresas devem divulgar e o período de referência e a publicidade a que esses actos devem estar sujeitos. Estas alterações, não obstante acolherem as orientações comunitárias, vertidas nas IV e VII Directivas, permitiram também que fossem introduzidas as melhorias que a experiência e a evolução, no plano nacional e internacional, recomendavam como oportunas.

É dentro deste enquadramento que se assiste a uma primeira aproximação ao referencial contabilístico do IASC (actual IASB). Em 1991 a CNC assume, ainda que implicitamente, a falta de flexibilidade do POC e decide dar início à publicação de um conjunto de Directrizes Contabilísticas (DC), fortemente inspiradas no normativo internacional, com o objectivo de ver tratados, de forma simples e flexível, aspectos até então não contemplados.

Da nossa adesão à União Europeia, então CEE, resultou, entre outras, a necessidade de proceder a alterações nos normativos contabilístico e fiscal. O referencial das matérias contabilísticas, que teve como suporte as já citadas IV e VII Directivas comunitárias, determinou a adaptação do POC, em 1989 e 1991, tal como já referido. Em simultâneo com a reforma contabilística ocorreu a fiscal, que começou logo em 1986, sobre a tributação da despesa, com a introdução do IVA, seguida da tributação directa, com a criação de dois novos impostos sobre o rendimento, o IRS para as pessoas singulares e o IRC para as pessoas colectivas.

Com efeito, e porque o texto final da IV Directiva oferecia ao legislador nacional a possibilidade de optar entre diferentes alternativas, fruto das enormes dificuldades na obtenção de consensos quanto ao seu conteúdo, a sua transposição para o direito contabilístico nacional foi feita pela opção que mais se aproximava da nossa orientação histórica o que não assegurou, como era desejável, a necessária homogeneização entre os diferentes Estados-membros.

Não obstante, a U.E. atravessou, por opção, um período de inactividade, o que provocou maiores entropias na medida em que os factores da envolvente, que já haviam condicionado a evolução da regulamentação contabilística em cada país o continuaram a fazer para aqueles aspectos ainda não normalizados. Ou seja, o número de opções constantes da IV Directiva fez com que com a sua transposição se tivesse assegurado, somente, a necessária compatibilização com o referencial comunitário. Recorde-se que, à data, o maior impacto que se fez sentir se registou ao nível do relato financeiro e, principalmente, da obrigatoriedade de se proceder à divulgação da informação financeira, consubstanciada no “Depósito Legal das Contas”, e não tanto em alterações de princípios e regras de reconhecimento e mensuração.

Esta era a realidade da U.E. em meados dos anos noventa, facto que rapidamente a levou a perceber que as suas condições para se impor com um referencial normativo próprio eram muito reduzidas. O caminho a percorrer era longo, o tempo escasso e o risco da não obtenção de consensos, que haviam dificultado e minado o objectivo da IV Directiva, elevado. É, nesta circunstância, que a U.E. assume a necessidade de redefinir a sua estratégia e anuncia a decisão de se unir ao IASB facto que viria a ditar a necessidade de se repensar a forma e modo em que as IAS passariam a vigorar no seu seio e, por essa via, nos diferentes Estados-membros.

No plano fiscal, e fazendo um pouco de história, é possível identificar um certo nível de intromissão da fiscalidade na contabilidade, ainda que tais efeitos se tenham tornado mais visíveis a partir da reforma fiscal dos anos sessenta, com a introdução do Código da Contribuição Industrial (CCI) e das inúmeras referências que aí eram feitas à “contabilidade” e aos “técnicos de contas”.

Recorde-se que este código veio instituir o sistema de tributação pelo lucro real efectivo e que a contabilidade foi definida como o ponto de partida para a sua determinação pelo que, dificilmente, deixará de verificar uma certa interdisciplinaridade entre ambas. Para o Professor Cimourdain de Oliveira, que integrou o grupo de trabalho que elaborou o CCI, as referências à “contabilidade” e ao “técnico de contabilidade” que aí eram feitas só poderiam ser interpretadas como elogios à contabilidade e sua credibilidade e, fundamentalmente, em abono da dignificação da profissão, reiterando que havia sido dos primeiros a escrever em Portugal sobre a necessidade de se criar a chamada normalização contabilística e a defender que a contabilidade não poderia estar nas mãos de qualquer um e a viver sem regras e modelos.

Também no dizer de FERNANDES FERREIRA (2003) a reforma fiscal da década de sessenta foi um importante marco na evolução da contabilidade e da fiscalidade em Portugal. Curiosamente, e ao contrário do que se vem defendendo, que a fiscalidade se tem constituído num obstáculo à evolução da filosofia e doutrina contabilísticas, verificamos que um dos primeiros normativos a dignificar a contabilidade e os seus profissionais foi precisamente um diploma de natureza fiscal.

Contudo, e estranhamente para alguns, as referências explícitas que eram feitas à contabilidade e aos seus profissionais ao longo do articulado do CCI desapareceram com a reforma dos anos oitenta, da qual viria a emergir, em 1988, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), que vem vigorando até hoje, mas onde não é conferida à contabilidade o mesmo nível de importância que tinha até então.

O que terá faltado foi uma boa dose de ética no exercício da profissão e um corpo de doutrina (direito contabilístico) suficientemente desenvolvido de forma a não ter deixado para a fiscalidade aquilo que era, por natureza e por direito, da contabilidade. Citando CIMOURDAIN DE OLIVEIRA (1986), “... os objectivos da contabilidade exigem um quadro jurídico específico, que seja o suporte legal das suas regras e princípios. E esse suporte legal será o verdadeiro direito contabilístico”.

Só muito tarde a contabilidade criaria o seu próprio espaço, quer no campo da regulamentação contabilística quer no da regulamentação da profissão. Por outro lado, refere, ainda, que “o direito fiscal não tem que dizer o que são custos e o que são proveitos do exercício, isto cabe ao direito contabilístico. O que o direito fiscal tem de dizer, isso sim, é o que, para efeitos fiscais, não são custos e o que não são proveitos”. Ora, vale tudo isto por dizer que na verdade, o que faltou à contabilidade, em Portugal, foi uma verdadeira Estrutura Conceptual (EC).





Assim, e não obstante o POC, nas suas diferentes versões, poder ser classificado como uma importante infra-estrutura na construção da normalização contabilística em Portugal, apresenta erros de nascença que acabariam por ditar a sua morte prematura. As sucessivas e importantes alterações de que foi objecto, não obstante terem permitido algumas actualizações e uma maior aproximação àquelas que vinham sendo as melhores práticas contabilísticas a nível internacional, a verdade é que a inexistência de uma infra-estrutura teórica de base, que lhe permitisse assegurar suficiente flexibilidade e coerência conceptual viriam a transformar o referencial normativo português numa autêntica manta de retalhos e num instrumento manifestamente incapaz de assegurar à contabilidade o cumprimento da sua missão.

Duma avaliação à sucessão dos acontecimentos permitimo-nos não só identificar as tendências manifestadas pela evolução da regulamentação contabilística, como, e

fundamentalmente, os principais factores que determinaram e ou condicionaram a sua evolução e que se sistematiza nos pontos que se seguem:

### **1. Influências nacionais**

Em termos genéricos, identificamos o Estado como um elemento de forte influência no desenvolvimento e orientação da regulamentação contabilística nacional, seja de forma directa seja mesmo indirecta. Directamente, essa influência vem sendo exercida através do POC, infra-estrutura básica da normalização contabilística em Portugal e que foi sendo objectivo de sucessivas aprovações, na sua versão inicial e respectivas alterações, sob a forma de Decreto-Lei. Indirectamente, a vários níveis:

-  Através da regulamentação fiscal, na medida em que a influência da fiscalidade na contabilidade vem de longe, ainda que de forma mais explícita a partir de 1963, com a publicação do Código da Contribuição Industrial (CCI), onde é feita de forma explícita uma série de referências às matérias contabilísticas e que se têm mantido até à actualidade.
-  Pelo próprio POC na medida em que, não obstante ter sido classificado como um marco histórico no processo de normalização contabilística nacional, o seu aparecimento nos surge justificado para facilitar as inspecções fiscais;
-  Pela via do Código Comercial (CC) e demais legislação complementar, a partir dos quais vêm sendo estabelecidas as obrigações em termos de manutenção de livros contabilísticos, para efeitos de relato, como as características das empresas que devem ser auditadas e quais os requisitos a observar pelos auditores e respectivas empresas; e
-  Globalmente, através do próprio organismo normalizador (CNC) na medida em que, não obstante lhe terem sido delegados poderes de normalização contabilística, se tem mantido administrativamente dependente do Ministério das Finanças.



## **2. Influências internacionais**

As influências internacionais começaram por se fazer sentir no final dos anos oitenta, como consequência da nossa adesão à então CEE, e, nesse enquadramento, com a transposição para o quadro normativo nacional das Directivas Comunitárias. A contabilidade ganha, desde então, uma nova dimensão, de tal forma que este facto tem sido classificado por muitos como o segundo momento histórico na construção da regulamentação contabilística em Portugal.

Porém, e não obstante o avanço produzido pelo acolhimento das disposições comunitárias, a CNC considerou ser insuficiente pelo que decide dar início a um período de produção e publicação sistemática de DC, tomando como referência as International Accounting Standards (IAS), do IASB, com o objectivo de funcionarem como um complemento do POC.

Este procedimento traduz uma aproximação clara às orientações anglo-saxónicas e estabelece a ruptura com a escola francesa, que serviu de inspiração à elaboração do primeiro plano de contas. Esta influência ver-se-ia reforçada pela publicação da DC 18 onde a CNC vem estabelecer que a estrutura hierárquica do normativo nacional passava a ser constituída pelo POC, seguido das DC e Interpretações Técnicas (IT) e, complementarmente, as IAS.

Paralelamente é visível uma tendência crescente do estudo da normalização contabilística internacional, fundamentalmente nos cursos de formação superior, o que muito contribuiu para a divulgação das IAS/IFRS, quer por parte dos novos diplomados quer pela comunidade académica, através dos diferentes fóruns da especialidade.

E, ainda, a ultima alteração ao POC, produzida pelo Decreto-Lei nº 35/2005, que preconiza um tratamento contabilístico tendencialmente próximo do normativo internacional e que viria a dar maior consistência e aproximação à orientação do normativo contabilístico na U.E.. Tratou-se, no fundo, do primeiro passo para a reforma que viria a ser materializada no SNC.

### **3. Outras influências**

A interacção da contabilidade com a envolvente económica, designadamente no que se relaciona com a estrutura empresarial, determina o quadro das exigências dos utilizadores da informação financeira e, pela mesma via, a moldura que a contabilidade deve ter.

Em Portugal o tecido empresarial é constituído, no essencial, por pequenas e muito pequenas entidades, cuja propriedade e gestão se encontram concentradas e maioritariamente financiadas por capitais alheios, que encontram no sistema bancário o seu principal financiador. Estes factos condicionam a preparação da informação financeira à satisfação das necessidades dos credores financeiros e, simultaneamente, do Estado, enquanto credor pela via fiscal e parafiscal.

Cabe, por outro lado, anotar a reduzida importância das bolsas de valores no financiamento das empresas portuguesas, ainda que se tenha verificado um crescimento nos últimos anos. O facto de a CMVM, organismo que supervisiona a Bolsa de Valores de Lisboa, apenas ter sido criada em 1991 não será totalmente alheio a esta realidade.

De sublinhar, ainda, a reduzida participação das associações profissionais no desenvolvimento da regulamentação contabilística, facto que por si só revela a reduzida influência que a profissão tem no desenvolvimento e elaboração das normas contabilísticas que, quase sem excepção, têm sido legitimadas pelo Ministério da tutela fiscal. Tal facto fica a dever-se, em parte, à curta história e tradição do associativismo em Portugal (recorde-se que a OTOC foi criada, sob a designação de ATOC, apenas em 1995) e, ainda, ao facto de os contabilistas e auditores serem representados em Portugal por organizações profissionais diferentes, o que muito contribui para ver reduzida a sua significância e influência e o porquê de nunca terem conseguido chamar a si o desenvolvimento de tão nobre tarefa.

É assim neste cenário de crescente abertura da economia nacional e de uma maior complexidade das empresas, que surge a necessidade de harmonizar as demonstrações financeiras a um nível internacional. Este processo veio a culminar na criação de um novo sistema normativo denominado Sistema de Normalização Contabilística.

As alterações nos cenários, nacional e internacional, desde cedo apontaram para uma mudança no conteúdo da informação financeira divulgada pelas empresas, com vista a uma maior qualidade, fiabilidade e transparência do relato empresarial.

De facto, profundas mudanças foram surgindo no contexto económico e financeiro que levam a que, a informação financeira a apresentar e divulgar por parte das entidades tenha que se ajustar às crescentes e diferenciadas necessidades dos utentes da informação financeira, de onde se destacam:

- ✚ Concentração de atividades empresariais, tanto a nível nacional como mundial;
- ✚ Globalização da economia, dos mercados e dos produtos;
- ✚ Desenvolvimento de grandes áreas económicas;
- ✚ Enormes avanços dos sistemas de tratamento da informação;
- ✚ Crescimento da internacionalização das empresas.

Estes fatores levaram à necessidade de uma Harmonização Contabilística a nível global, onde a informação pudesse ser comparável entre os diversos sistemas normativos, quebrando barreiras culturais, políticas e jurídicas que levam a que a informação contabilística siga determinados critérios com vista a atingir diferentes objetivos.

Segundo o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, é referido na sua introdução que “o POC tem-se revelado, desde há algum tempo, insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, para além de carecer de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspetos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceito de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Segundo Pereira et al. (2009), o facto de “em 1986, Portugal ter ingressado na Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) e, como consequência, ter iniciado a adaptação das normas contabilísticas nacionais às Diretivas Comunitárias. Com a adesão à União Europeia, veio a perder importância a influência francesa e cresceu o peso das normas de organismos internacionais, principalmente as anglo-saxónicas.”

Este novo sistema normativo assenta em dois objetivos primordiais:

- ✚ Aumentar a relevância e a fiabilidade da informação financeira;
- ✚ Aumentar a comparabilidade da informação financeira.

O SNC abrange três níveis de normalização contabilística, em conformidade com o tecido empresarial português e consequentemente com os diferentes níveis de relato financeiro e acompanhando a referência efetuada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo em Abril de 2008: “As características do tecido empresarial português claramente apontam para que os normativos contabilísticos tenham em devida conta diferentes níveis de necessidades de relato financeiro, que vão desde as entidades com valores mobiliários cotados, a que correspondem as maiores exigências, até às micro-entidades, a quem basta um regime simplificado. E, para assegurar a competitividade é importante a convergência das normas utilizadas na Europa com as normas internacionais de contabilidade.”

### **1º Nível**

IAS/IFRS tal como adotadas na União Europeia.

Este 1º nível é obrigatório para as Contas Consolidadas de grupos com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e para as Contas de empresas cotadas que não sejam grupos.

### **2º Nível**

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Este 2º nível é obrigatório para as empresas dos setores não financeiros que não tenham obrigação de usar as IFRS e não sejam PE, não sujeitas a CLC.

### **3º Nível**

NCRF-PE

Este 3º nível é opcional para as empresas que não pertençam a grupos económicos e para as empresas que não estejam sujeitas a CLC por razões legais ou estatutárias sendo

que estão condicionadas a que a sua dimensão não ultrapasse alguns limites, mas este será um tema tratado mais à frente.

Existem diferenças substanciais entre o SNC, o POC e as IAS/IFRS no que concerne às Demonstrações Financeiras, tais como:

### **SNC**

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos Resultados por Naturezas (possibilidade de incluir uma Demonstração dos Resultados por Funções);
- c) Demonstração de Alterações no Capital Próprio;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (obrigatoriamente de acordo com o método directo);
- e) Anexo.

### **POC**

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa (pelo método directo ou pelo método indirecto) e respectivo Anexo;
- d) Anexo.

### **IAS/IFRS**

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Demonstração da Posição Financeira;
- b) Rendimentos e gastos reconhecidos no período;
- c) Demonstração de Alterações no Capital Próprio;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa (pelo método directo ou pelo método indirecto);
- e) Anexo.

Por força da aplicação do referencial NIC(IAS)/NIRF(IFRS), as DF/SNC apresentam não só alterações óbvias a nível terminológico e conceptual, mas também no seu conteúdo e estrutura.

### **1.3. O Sistema de Normalização Contabilístico**

O SNC é constituído por um conjunto de documentos organizados e sistematizados, de acordo com a seguinte estrutura:

- ✚ A Estrutura Concetual, assumida como um conjunto de definições contabilísticas estruturantes, mas não constituindo uma norma propriamente dita, tem como principais finalidades: apoiar o desenvolvimento e a revisão do Normativo, dar auxílio aos preparadores das DF's na aplicação do SNC e ajudar os utentes das DF's na interpretação da informação;
- ✚ As Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras de onde se estabelecem as bases e os princípios aos quais deve obedecer um conjunto completo de Demonstrações Financeiras;
- ✚ Os Modelos de Demonstrações Financeiras que estabelecem a existência de formatos padronizados para a sua elaboração;
- ✚ Código de Contas traduzido numa estrutura codificada e uniforme de contas;
- ✚ As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em que cada uma delas constitui um instrumento de normalização prescrevendo os vários critérios em termos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das transações económicas e financeiras de uma entidade.
- ✚ A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas entidades, que contempla de forma simplificada os critérios a adotar pelas entidades já descritas anteriormente.

#### **1.3.1. Estrutura Concetual**

Este documento tem por base a Estrutura Concetual do IASB, constante do Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho”, publicado pela Comissão Europeia em Novembro de 2003.

A EC estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras, seja pelas entidades que preparam um conjunto completo de demonstrações financeiras, seja pelas pequenas entidades.

Esta Estrutura tem como principais finalidades:

- ✚ Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;
- ✚ Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;
- ✚ Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas; e
- ✚ Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF.

De notar que a CNC reconhece que em alguns casos pode haver um conflito entre esta Estrutura Concetual e uma qualquer NCRF. Nos casos em que haja um conflito, os requisitos da NCRF prevalecem em relação à Estrutura Concetual.

Relativamente à preparação e apresentação das demonstrações financeiras, a EC assume um papel fundamental porque é nela que se consagram os seus objetivos. Estabelece a EC que as demonstrações financeiras devem ser preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas.

Refere a EC do SNC (cf. §19) que “a informação acerca da posição financeira é principalmente proporcionada num Balanço. A informação acerca do desempenho é principalmente dada numa demonstração dos resultados. A informação acerca das alterações na posição financeira é proporcionada nas demonstrações financeiras por

meio de uma demonstração separada” e que “as partes componentes das demonstrações financeiras inter-relacionam-se porque refletem aspetos diferentes das mesmas transações ou outros acontecimentos. Se bem que cada demonstração proporcione informação que é diferente das outras, é provável que nenhuma somente sirva um propósito único ou proporcione toda a informação necessária às necessidades particulares dos utentes.”

Muitos dos utentes das demonstrações financeiras têm de depender destas como a sua principal fonte de informação financeira e portanto estas devem ser preparadas e apresentadas com vista às suas necessidades.

Esta EC aplica-se às demonstrações financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios que relatam, ou seja, entidades relativamente às quais, existem utentes que confiam nas demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informação financeira, sejam do setor público ou do privado.

De entre os utentes das demonstrações financeiras incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, Estado e o público em geral.

Os Investidores necessitam de informação para os ajudar a decidir se devem comprar, deter ou vender. Os acionistas estão também interessados em informação que lhes possibilite determinar a capacidade da entidade pagar dividendos e criar mais valias potenciais.

Os empregados estão interessados na informação acerca da estabilidade e da operatividade dos seus empregadores, assim como na informação que os habilite a avaliar a capacidade da entidade proporcionar remuneração, benefícios de reforma e oportunidades de emprego.

Os fornecedores e outros credores comerciais estão interessados em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas no vencimento.



Os clientes têm interesse em informação acerca da continuação de uma entidade, quando com ela têm envolvimento a prazo ou dela estão dependentes.



O Estado está interessado na alocação de recursos, e por isso, nas atividades das entidades. Exige informação a fim de regular as atividades das entidades, determinar as políticas de tributação e gerir estatísticas do rendimento nacional.

As entidades afetam o público de diversas maneiras como por exemplo, o contributo que dão à economia local e a quantidade de pessoas que empregam. Desta forma as demonstrações financeiras podem ajudar o público ao proporcionar informação acerca da prosperidade dessa mesma entidade.

É também a EC que estabelece as características qualitativas, tais como a compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, entre outras, que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras e a definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras.

#### **1.3.1.1. Reconhecimento dos elementos das Demonstrações Financeiras**

O reconhecimento dos elementos das Demonstrações Financeiras encontra-se descrito nos parágrafos 80 a 96 da EC e pode ser descrito como o processo de incorporar no Balanço e na Demonstração dos Resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos no parágrafo 81 da Estrutura Conceptual que estabelece que um item que satisfaça a definição de uma classe deve ser reconhecido se:

-  For provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade, e
-  O item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Ao avaliar se um item satisfaz estes critérios e por isso se qualifica para reconhecimento nas demonstrações financeiras, é necessário ter em atenção as condições de materialidade tratadas nos parágrafos 29 e 30 da Estrutura Concetual.

### **Reconhecimento de Ativos**

Um ativo é reconhecido no Balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o ativo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Um ativo não é reconhecido no Balanço quando o dispêndio tenha sido incorrido e relativamente ao qual seja considerado improvável que benefícios económicos fluirão para a empresa para além do período contabilístico corrente.

### **Reconhecimento de Passivos**

Um passivo é reconhecido no Balanço quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente e que a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade.

### **Reconhecimento de Rendimentos**

Um rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num ativo ou com uma diminuição de um passivo e que possa ser quantificado com fiabilidade.

### **Reconhecimento de Gastos**

Os gastos são reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num activo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade.

### **1.3.1.2. Mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras**

Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no Balanço e na Demonstração dos Resultados.

São utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações nas demonstrações financeiras. Elas incluem as seguintes:

#### **Custo histórico**

Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ainda pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal da atividade.

#### **Custo corrente**

Os ativos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou então um ativo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.

#### **Valor realizável**

Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o ativo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.

#### **Valor presente**

Os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros fluxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são

escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.

### **Justo valor**

Quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

Define a EC que “as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes”. Na generalidade das circunstâncias, uma apresentação apropriada é conseguida pela conformidade com as NCRF aplicadas e exige que uma entidade:

- ✚ Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF aplicável;
- ✚ Apresente informação de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível

Citando o parágrafo 24 da EC, “As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.”

### **Compreensibilidade (parágrafo 25)**

A informação proporcionada nas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos utentes. Sendo que se presume que os utentes tenham um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas e da contabilidade.

Porém, a informação acerca de matérias complexas, a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não pode ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.

**Relevância** (parágrafos 26 a 28)

Para ser útil, a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.

**Comparabilidade** (parágrafos 39 a 42)

As Demonstrações Financeiras de uma entidade têm de ser comparadas pelos utentes ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Os utentes têm também de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira.

Entende-se portanto, que a verdadeira imagem da entidade, os seus resultados e a sua estrutura patrimonial e financeira, não resulta apenas de um período, mas do seu relato ao longo de vários períodos e a sua comparação com outras entidades.

**Fiabilidade** (parágrafos 31 a 38)

A informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos e os utentes dela possam depender, ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente.

Para além das características qualitativas das demonstrações financeiras, estão também contemplados na Estrutura Concetual os pressupostos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras:

**Regime de Acréscimo** (periodização económica) (parágrafo 22)

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos).

### **Continuidade** (parágrafo 23)

As demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que uma entidade opera em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível. É então assumido que a entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

### **1.3.2. As alterações nas DF's de uma entidade decorrentes da adoção do novo normativo**

Com a aplicação do novo normativo, os modelos das demonstrações financeiras sofreram alterações com vista à aproximação com o modelo IAS/IFRS, de onde se podem destacar:




Aparecimento da Demonstração de Alterações no Capital Próprio com vista a refletir as variações na posição financeira de uma entidade;

Enquanto no POC eram requeridas duas Demonstrações dos Resultados: por Naturezas e por Funções para as entidades que ultrapassassem dois dos três limites estabelecidos no Art.º 262 do CSC, o SNC apenas estabelece como obrigatória a apresentação da DR por Naturezas;

As divulgações no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, previstas no SNC, são muito extensas em contraste com as previstas pelo POC que continham demasiadas omissões. No SNC há flexibilidade pois só os primeiros quatro pontos são obrigatórios;

De acordo com o SNC passam a ser apresentados comparativos para toda a informação numérica constante nas DF's;

**No Balanço** passam a ser evidenciados em linhas separadas:

-  Propriedades de Investimento;
-  Ativos Biológicos;
-  Ativos não correntes detidos para venda.

As rubricas de resultados extraordinários deixam de existir no novo normativo;

No Balanço SNC, apenas o capital realizado é evidenciado no capital próprio enquanto no Balanço POC o capital próprio evidenciava o capital subscrito e o capital a realizar, sendo este também apresentado no Ativo;

Na apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais passa a ser obrigatório o uso do método direto, enquanto no POC era possibilitada a opção entre os métodos direto e indireto;

No que toca à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras também se verificam diferenças significativas, de onde podemos destacar:

- ✚ Adoção do modelo vertical no Balanço, ou seja, o Ativo passa a estar representado em cima e o Capital próprio e o Passivo em baixo;
- ✚ O modelo de Balanço apresentado é o mesmo para as contas individuais e para as contas consolidadas;
- ✚ Remoção das colunas do Ativo Bruto e das Amortizações e Ajustamentos. Desta forma passa a estar representada no Balanço apenas a coluna do Ativo Líquido, sendo que as restantes informações passam a estar divulgadas no Anexo;
- ✚ O Capital Próprio é classificado por ordem cronológica de constituição das suas rubricas;
- ✚ Os ativos são apresentados segundo critérios de liquidez crescente enquanto os passivos são apresentados por ordem crescente de exigibilidade;
- ✚ Sempre que, para certas rubricas, não existam quantias a apresentar, podem ser removidas as correspondentes linhas do Balanço, assim como poderão também ser adicionadas linhas contendo itens materialmente relevantes;
- ✚ De notar também que as rubricas do Ativo passam a estar organizadas segundo a sua classificação entre Ativo Corrente e Não Corrente. Nesta sequência um ativo corrente é aquele que se espera que seja realizado, vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional, ou então que esteja detido essencialmente para ser negociado. Todos os restantes ativos são classificados com Ativos Não Correntes;
- ✚ Quanto aos bens de Ativos Fixos Tangíveis que, à data de transição para o SNC se encontrem totalmente amortizados mas que ainda continua a ser utilizados,

não há qualquer disposição que os impeça de migrar com quantia zero. Porém, numa situação como a descrita e atentas a relevância e materialidade que possam estar envolvidas, é razoável que um ativo nessas condições seja expresso por uma quantia significativa.

Quanto à **Demonstração dos Resultados**, podemos destacar:

- ✚ A adoção de um mesmo modelo de Demonstração dos Resultados quer para as contas individuais, quer para as contas consolidadas;
- ✚ É permitido o cálculo sucessivo do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos assim como o resultado operacional;
- ✚ Podem ser adicionadas linhas contendo itens materialmente relevantes, sempre que facilitem a compreensão dos resultados da entidade.

Na parte final da Demonstração dos Resultados é integrada a seguinte informação adicional:

- ✚ Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período, onde é compreendido o resultado proveniente das atividades, unidades, subsidiárias ou segmentos descontinuados que foram integrados nas rubricas anteriores;
- ✚ Resultado líquido do período atribuível, onde é evidenciada a parte dos resultados do período imputável aos detentores do capital da empresa-mãe e a parte dos resultados imputável aos interesses minoritários, quando estamos perante contas consolidadas;
- ✚ Resultado por ação básico, onde é proporcionada uma medição dos interesses de cada ação ordinária da entidade.

### **1.3.3. As Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, no seu artigo 11.º.

A Estrutura Concetual, no seu parágrafo n.º 8, também faz referência ao conjunto completo de Demonstrações Financeiras, estabelecendo que, “Um conjunto completo de



demonstrações financeiras inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras.”

É de realçar que, as entidades que se enquadram no conceito de pequenas entidades, tendo neste caso a possibilidade de adoptarem a NCRF-PE, ficam com a dispensa de apresentar a Demonstração de Alterações no Capital Próprio assim como a Demonstração de Fluxos de Caixa. Podem ainda apresentar modelos reduzidos das restantes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com uma estrutura e conteúdo seguindo os princípios estabelecidos nas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro. É de realçar a importância dada ao Anexo, como espaço privilegiado para uma informação detalhada da razão de ser dos valores constantes nas demonstrações financeiras. Tal importância acrescida, àquela demonstração financeira, advém do facto do SNC assentar mais em princípios do que em regras definidas.

Sendo o objetivo principal das demonstrações financeiras proporcionar informação que seja útil aos utentes da informação financeira na tomada das suas decisões, a NCRF 1, que trata da estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, requer a seguinte sequência na apresentação das notas indicadas:

- Identificação da entidade, incluindo domicílio, natureza da actividade, nome e sede da empresa mãe, se aplicável;
- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras;
- Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas;
- Informação de suporte de itens apresentados no Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração das Alterações no Capital Próprio e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, na ordem em que cada rubrica e cada demonstração financeira são apresentadas;
- Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- Divulgações exigidas por diplomas legais;
- Informações de carácter ambiental;

- ✚ Outra informação relevante.

As demonstrações financeiras devem ser identificadas claramente e distinguidas de qualquer outra informação que seja publicada no mesmo documento.

O órgão de gestão é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, conforme indica o artigo 65º, nº 1 do CSC: “Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual.”

### **1.3.3.1. Balanço**

O Balanço assume-se como a demonstração financeira que retrata a posição financeira de uma entidade pois identifica o seu Ativo, Passivo e Capital Próprio.

Segundo Borges et al. (2003), “No património podemos distinguir duas classes de elementos patrimoniais: por um lado, os elementos que representam aquilo que se possui ou se tem a receber; por outro lado, aqueles que representam aquilo que se tem a pagar. A primeira classe, ou seja, ao conjunto dos valores que se possui e se tem a receber, designa-se Ativo; à segunda classe, ou seja, ao conjunto de valores a pagar, designa-se Passivo.”

#### **Ativo**






Recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros. A EC analisa os principais elementos da definição de ativo. De entre eles os benefícios económicos futuros incorporados num ativo podem fluir para a empresa de diferentes maneiras. Por exemplo, um ativo pode ser:

- ✚ Usado isoladamente ou em combinação com outros ativos na produção de bens ou serviços para serem vendidos pela empresa;
- ✚ Trocado por outros ativos;
- ✚ Usado para liquidar um passivo; ou
- ✚ Distribuído aos proprietários da empresa.

## **Passivo**

Obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados e da qual se espera que da sua liquidação resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos.

A liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas formas, entre elas:

-  Pagamento a dinheiro;
-  Transferência de outros ativos;
-  Prestação de serviços;
-  Substituição dessa obrigação por uma outra obrigação; ou
-  Conversão da obrigação em capital próprio.

## **Capital Próprio**

Interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O Capital Próprio pode ser subclassificado no Balanço. Tais classificações podem ser relevantes para as necessidades de tomada de decisões dos utentes das demonstrações financeiras quando indiquem restrições legais ou outras sobre a capacidade da empresa de distribuir ou, de outra maneira, de aplicar o seu Capital Próprio. Podem também refletir o facto de, partes com interesses de posse numa empresa terem direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou ao reembolso de capital.

A posição financeira de uma entidade é afetada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, liquidez e solvência e ainda pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera.

As informações respeitantes às alterações na posição financeira de uma entidade são úteis a fim de avaliar as suas atividades de investimento, de financiamento e operacionais durante o período de relato. Proporciona assim ao utente uma base para determinar a capacidade de uma entidade para gerar caixa e seus equivalentes e a necessidade da entidade para utilizar esses fluxos de caixa.

O Balanço passa a assumir uma forma vertical distinguindo-se assim da sua forma horizontal assumida no anterior normativo. O seu formato passa a ser único, em termos de estrutura e serve de modelo para o relato financeiro, contas individuais e contas consolidadas.

O modelo apresenta um conteúdo mínimo, na face do Balanço, onde podem ser adicionadas rubricas dependendo dos conceitos de materialidade e agregação, sendo que, sempre que as linhas não apresentem valores, estas deverão ser removidas, beneficiando assim a leitura e a otimização de espaço.

**Quadro n.º 1 - Tabela de ligação entre o Código de Contas e o Balanço em SNC.**

<b>Rubricas</b>	<b>Contas do código de contas</b>
<b>Activo</b>	
Ativos fixos tangíveis	43+453-459
Propriedades de investimento	42+452
Goodwill	441
Ativos intangíveis	44 (excepto 441)+454-459
Ativos biológicos	372
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	4111+4121+4131-419
Participações financeiras - outros métodos	4112+4122+4132+4141-419
Acionistas/sócios	266+268-269
Outros ativos financeiros	4113+4123+4133+4142+415-419+451+454-459
Ativos por impostos diferidos	2741
<b>Activo corrente</b>	
Inventários	32+33+34+35+36+39
Ativos biológicos	371
Clientes	211+212-219
Adiantamentos a fornecedores	228-229+2713-279
Estado e outros entes públicos	24
Acionistas/sócios	263+268-269
Outras contas a receber	232+238-239+2721+278-279
Diferimentos	281
Ativos financeiros detidos para negociação	1411+1421
Outros ativos financeiros	1431
Ativos não correntes detidos para venda	46
Caixa e depósitos bancários	11+12+13

Fonte: Adaptado de Comissão de Normalização Contabilística – “Modelos de Demonstrações Financeiras – Observação e Ligação às NCRF”

Rúbricas	Contas do código de contas
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	
<b>Capital próprio</b>	
Capital realizado	51-261-262
Ações (quotas) próprias	52
Outros instrumentos de capital próprio	53
Prémios de emissão	54
Reservas legais	551
Outras reservas	552
Resultados transitados	56
Ajustamentos em ativos financeiros	57
Excedentes de revalorização	58
Outras variações no capital próprio	59
Resultado líquido do período	818
Interesses minoritários	
<b>Total do capital próprio</b>	
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Provisões	29
Financiamentos obtidos	25
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	273
Passivos por impostos diferidos	2742
Outras contas a pagar	237+2711+2712+275
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	221+222+225
Adiantamentos de clientes	218+276
Estado e outros entes públicos	24
Acionistas/sócios	264+265+268
Financiamentos obtidos	25
Outras contas a pagar	231+238+2711+2712+2722+278
Diferimentos	282+283
Passivos financeiros detidos para negociação	1412+1422
Outros passivos financeiros	1432
Passivos não correntes detidos para venda	
<b>Total do Passivo</b>	
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	

Fonte: Adaptado de Comissão de Normalização Contabilística – “Modelos de Demonstrações Financeiras – Observação e Ligação às NCRF”



### **1.3.3.2. Demonstração dos Resultados**

A Demonstração dos Resultados assume-se como a demonstração financeira que retrata o desempenho financeiro de uma determinada entidade, pois aqui são incluídos os seus rendimentos e gastos.

#### **Rendimentos**

Aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.

A noção de rendimentos engloba quer réditos quer ganhos:

-  Os réditos provêm do decurso das atividades ordinárias de uma empresa.
-  Os ganhos representam outros itens que satisfaçam a definição de rendimentos e podem, ou não, provir do decurso das atividades ordinárias de uma empresa.

#### **Gastos**

Diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou depreciação de ativos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições no capital próprio, que não sejam os relacionados com as distribuições dos participantes no capital próprio.

A definição de gastos engloba perdas assim como aqueles gastos que resultem do decurso das atividades ordinárias da empresa.

Os gastos que resultem do decurso das actividades ordinárias da empresa tomam geralmente a forma de um exfluxo, tais como dinheiro e seus equivalentes, ou deprecimento de ativos, tais como existências e ativos fixos tangíveis.

As perdas representam outros itens que satisfaçam a definição de gastos e podem, ou não, surgir no decurso das atividades correntes da empresa.

A informação acerca do desempenho de uma entidade, em particular o seu resultado, é necessária a fim de determinar as alterações potenciais nos recursos económicos que seja provável que ela controle no futuro. A informação acerca do desempenho é útil no sentido de prever a capacidade da entidade gerar fluxos de caixa a partir dos seus recursos básicos existentes.

Também a Demonstração dos Resultados, nas suas vertentes: por Naturezas e por Funções, passa a assumir o formato vertical de formação do resultado líquido do período.

A Demonstração dos Resultados é também um modelo apenas com um conteúdo mínimo, na face das demonstrações, onde podem ser adicionadas rubricas dependendo dos conceitos de materialidade e agregação, sendo que sempre e seguindo a mesma prática que o Balanço, as linhas que não apresentem valores, deverão ser removidas, beneficiando-se assim a leitura e a otimização de espaço.

**Quadro n.º 2 - Tabela de ligação entre o Código de Contas e Demonstração de Resultados por naturezas**

<b>Rubricas</b>	<b>Contas do código de contas</b>
Vendas e serviços prestados	+71+72
Subsídios à exploração	+75
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+785-685+792
Variação nos inventários da produção	+73
Trabalhos para a própria entidade	+74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-61
Fornecimentos e serviços externos	-62
Gastos com o pessoal	-63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-652+7622
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-651+7621
Provisões (aumentos/reduções)	-67+763
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-653-657-658+7623+7627+7628
Aumentos/reduções de justo valor	+77-66
Outros rendimentos e ganhos	+78(excepto 785)+791 (excepto 7915)+798
Outros gastos e perdas	-68(excepto 685)-6918-6928-6988
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-64+761
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-654-655-656+7624+7625+7626
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	+7915
Juros e gastos similares suportados	-6911-6921-6981
<b>Resultado antes de impostos</b>	811
Imposto sobre o rendimento do período	812
<b>Resultado líquido do período</b>	818

Fonte: Adaptado de Comissão de Normalização Contabilística – “Modelos de Demonstrações Financeiras –

Observação e Ligação às NCRF”



### 1.3.3.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Esta demonstração financeira tem como objetivo evidenciar as modificações ocorridas na expressão monetária e na composição do capital próprio, em cada período.

Apesar de ser uma demonstração financeira introduzida pelo SNC, já no ABDR preconizado pelo POC estava incluída parte das informações desta nova demonstração mas encontravam-se dispersas por várias notas, tais como a nota 40.

As alterações ocorridas são divididas em dois grupos com características distintas:

- ✚ Operações com detentores de capital;
- ✚ Operações que derivam, quer do resultado líquido do período quer de outras alterações no capital próprio.



Esta demonstração introduz um conceito novo, o de resultado integral que resulta da agregação directa do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não directamente relacionadas com os detentores de capital, agindo como tal, conforme estabelece o parágrafo 102 da EC:

“Por este conceito um lucro só é obtido se a quantia financeira (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder a quantia financeira (ou dinheiro) dos ativos líquidos no começo do período, depois de excluir quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, proprietários durante o período.”

Esta é a única demonstração financeira que não evidencia informação comparativa na respectiva face, pelo que exige a apresentação de uma demonstração para o período de relato e outra demonstração para o período anterior.

### 1.3.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa engloba dois formatos de apresentação dos fluxos de caixa operacionais:

-  Método Direto;
-  Método Indireto.

O desdobramento da Demonstração dos Fluxos de Caixa nestes dois formatos é influenciado pelas condições de recolha e classificação desses fluxos pelo sistema de tratamento da informação contabilística da entidade.

Embora a NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa contemple os dois métodos de apresentação dos fluxos de caixa operacionais, estabelece a norma no seu §14 que, *“Uma entidade deve relatar os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais pelo uso do método direto, pelo qual, são divulgadas as principais classes dos recebimentos e dos pagamentos brutos de caixa.”*

A informação acerca dos fluxos de caixa de uma entidade, quando usada juntamente com as restantes demonstrações financeiras, é útil ao proporcionar aos utentes das mesmas uma base para determinar a capacidade da entidade de utilizar os fluxos de caixa. Os utentes exigem uma avaliação da capacidade de uma entidade gerar dinheiro e seus equivalentes para melhor poderem tomar as suas decisões económicas.

### 1.3.3.5. Anexo

O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), no qual se previu a publicação em portaria dos modelos de demonstrações financeiras. Estes instrumentos contabilísticos, embora inseridos no contexto do SNC, de aplicação obrigatória para as entidades sujeitas ao SNC, poderão, também, ser utilizados pelas entidades que, nos termos do artigo 4.º do citado Decreto-




Lei, apliquem as normas internacionais de contabilidade, atentos os evidentes benefícios que daí advirão para a comparabilidade das demonstrações financeiras.

O Anexo é a demonstração financeira que tem um papel mais importante na concretização da divulgação presente nas NCRF, pois deve apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas. Deve também divulgar a informação exigida pelas NCRF que não seja apresentada na face das outras demonstrações financeiras assim como informação adicional que não seja também apresentada na face de outras demonstrações financeiras e que seja útil para uma melhor compreensão de cada uma delas.

O SNC veio alterar profundamente as divulgações requeridas pelo Anexo pois passam a ser mais completas e mais extensas já que o Anexo preconizado no POC apresentava uma estrutura e uma sequência predefinida das notas, sendo omissos em muitos dos aspetos agora abrangidos pelo Anexo preconizado pelo SNC.

### **Modelo Geral (31 pontos)**

Pode ser dividido em três (3) partes fundamentais:

-  Uma qualitativa que envolve a identificação da entidade, o referencial contabilístico adotado e as principais políticas contabilísticas adotadas (pontos 1 e 2 do Anexo);
-  Discriminações de rubricas do Balanço, da Demonstração dos Resultados, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, previstas nas várias NCRF, o que é tratado nos pontos 3 a 28;
-  Outras divulgações qualitativas ou exigidas por diplomas legais (pontos 29 e 30 do Anexo).

### **Notas do Anexo para o Modelo Geral**

1. Identificação da entidade.
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas.
4. Fluxos de caixa.
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.
6. Partes relacionadas.
7. Ativos intangíveis.
8. Ativos fixos tangíveis.
9. Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.
10. Locações.
11. Custos de empréstimos obtidos.
12. Propriedades de investimento.
13. Imparidade de ativos.
14. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.
15. Concentrações de atividades empresariais.
16. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação.
17. Exploração e avaliação de recursos minerais.
18. Agricultura.
19. Inventários.
20. Contratos de construção.
21. Rédito.
22. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
23. Subsídios do Governo e apoios do Governo.
24. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.
25. Acontecimentos após a data do Balanço.
26. Impostos sobre o rendimento.
27. Matérias ambientais.
28. Instrumentos financeiros.

- 29. Benefícios dos empregados.
- 30. Divulgações exigidas por diplomas legais.
- 31. Outras informações.

A numeração do anexo do SNC não constitui uma ordem numérica rígida semelhante à que existia nas anteriores notas 1 a 48 do ABDR do POC. É de assinalar que, as notas 1 a 4 são obrigatórias e que a partir da nota 5 as entidades podem criar a sua própria sequência numérica.

Cada empresa deverá organizar a sequência das suas notas em função das rubricas que existem nas suas demonstrações financeiras.

*“Um sistema baseado em princípios como é o SNC conduz a um relato financeiro mais moderno e internacional e que melhora a informação financeira prestada a quem dela necessita. Isso tem como contrapartida a obrigação de a informação ser mais clara, transparente e objetiva. Isso consegue-se através da melhoria das informações contidas nas notas anexas, as quais se passam a assumir como um salvo-conduto do técnico preparador, na medida em que podem incorporar todos os pressupostos que estiveram subjacentes à preparação das demonstrações financeiras.”*, (Cravo, Revista dos Técnicos Oficiais de Contas, Fevereiro de 2010).

#### **1.4. Os níveis do Relato Financeiro**

Conforme já foi referido o SNC abrange três níveis de normalização contabilística, em conformidade com o tecido empresarial português e consequentemente com os diferentes níveis de relato financeiro.

O 1º Nível é obrigatório para as Contas Consolidadas de grupos com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e para as Contas de empresas cotadas que não sejam grupos. Estas têm de adotar as **IAS/IFRS** tal como adotadas na União Europeia.

No 2º Nível estão as empresas dos setores não financeiros que não tenham obrigação de usar as IFRS, não sejam PE ou estejam sujeitas a Certificação Legal de Contas. Aqui aplicam-se as **NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**.

Num 3º Nível, que é opcional, está formatado para as empresas que não pertençam a grupos económicos e para as empresas que não estejam sujeitas a Certificação Legal de Contas por razões legais ou estatutárias sendo que estão condicionadas a que a sua dimensão não ultrapasse dois dos três limites:

- ✚ Volume de negócios e outros rendimentos: 3.000.000 de euros;

- ✚ Total do Ativo: 1.500.000 euros;

- ✚ Nº Médio de empregados: 50.

Estas empresas podem adotar as NCRF-PE, modelo mais simplificado principalmente no tocante à elaboração do anexo pois em vez de ter de elaborar o modelo Geral, conforme apresentado no ponto anterior, apresentam o modelo reduzido.

### **Modelo Reduzido (18 pontos)**

Pode ser dividido em três (3) partes fundamentais:

- ✚ Uma qualitativa que envolve a identificação da entidade, o referencial contabilístico adotado e as principais políticas contabilísticas adotadas (pontos 1 a 3 do Anexo);

- ✚ Discriminações de rubricas do Balanço, da Demonstração dos Resultados, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, previstas nas várias NCRF, o que é tratado nos pontos 3 a 19;

- ✚ Outras divulgações qualitativas ou exigidas por diplomas legais (pontos 20 e 21 do Anexo).

### **Notas do Anexo para o Modelo Reduzido**

1. Identificação da entidade.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas.
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.
5. Ativos fixos tangíveis.
6. Ativos intangíveis.
7. Locações.
8. Custos de empréstimos obtidos.
9. Inventários.
10. Rédito.
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.
14. Impostos sobre o rendimento.
15. Instrumentos financeiros.
16. Benefícios dos empregados.
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.
18. Outras informações.

É de notar que possivelmente em Portugal, o Modelo Normal apenas será aplicado a 1% ou 2% das entidades, já que as restantes 98% são PME.

Se, num determinado ano, uma entidade ultrapassar dois dos três limites referidos anteriormente, fica impossibilitada de aplicar o NCRF-PE no segundo ano seguinte àquele em que ultrapassou os referidos limites, assim como, se deixar de ultrapassar dois desses três limites, pode aplicar a norma NCRF-PE no segundo exercício seguinte àquele em que deixou de ultrapassar dois dos limites anteriormente mencionados.

Pode-se falar também de um quarto nível destinado às entidades que tenham uma necessidade de relato ainda mais reduzido denominadas micro-entidades. Estas

entidades aplicam então a NCRF-ME. Esta norma foi criada de acordo com as quatro bases do normativo (reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação), e consiste na compilação dos principais capítulos das normas mais relevantes para as necessidades de relato destas entidades. Podem aplicar esta norma as entidades que não ultrapassem durante dois anos consecutivos dois dos três limites seguintes:

- ✚ Volume de negócios e outros rendimentos: 500.000 euros;

- ✚ Total de Balanço: 500.000 euros;

- ✚ N° Médio de empregados: 5.

Ficam isentas da aplicação do SNC as entidades sujeitas a supervisão por parte do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal, e da CMVM. Esses organismos têm competências para definir as normas de contabilidade aplicáveis às entidades sujeitas à sua supervisão.

O SNC inicialmente não estava previsto ser aplicado às entidades que adotem o PCIPSS (instituições particulares de solidariedade social), o PROFAC (federações desportivas, associações e agrupamentos de clubes), o POC-Educação (entidades do setor da educação), o POCAL (autarquias locais), o POC do Ministério da Saúde (entidades públicas ou outras entidades sem fins lucrativos dependentes de entidades públicas que operem no setor da saúde) e o POCISSSS (instituições do sistema de solidariedade e segurança social).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 veio revogar os planos de contas sectoriais baseados no Plano Oficial de Contabilidade (POC), entretanto substituído pelo SNC, a saber, o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 78/89, de 3 de Março, o Plano de Contas das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 295/95, de 17 de Novembro e o Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 74/98, de 27 de Março. Contudo mantêm -se inalterados os planos sectoriais baseados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.



As pessoas que, exercendo a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, não atinjam, na média dos últimos três exercícios, um volume de negócios superior a €150.000 ficam também dispensadas da aplicação do SNC.

## 1.5. Considerações Finais

Do exposto neste capítulo, no quadro da nova revolução de que a normalização contabilística foi objecto, não só como um imperativo da crescente globalização como também da necessidade de dar resposta a cada vez maiores e mais complexas necessidades que se foram colocando os seus utilizadores, permitimo-nos extrair as seguintes ilações:

- ✚ Que essa reforma contabilística se oferece como uma adequada resposta a aspirações muito antigas, nomeadamente no que respeita ao desejo de se dispor de um verdadeiro “corpo de doutrina”, isto é, como um sistema perfeitamente integrado e assente numa E.C. onde se encontram vertidos os princípios e conceitos norteadores de todo o sistema;
- ✚ Que o atual sistema (SNC) constitui uma ruptura com a orientação que caracterizava o seu antecessor, consubstanciado no POC e caracterizado por um conjunto de regras e procedimentos de aplicação explícita;
- ✚ E, ainda, que, em conformidade com os pressupostos que presidiram à sua elaboração, o SNC nos surge como um sistema onde sobressaem maiores preocupações em termos de relato financeiro, ao colocar o assento tónico na qualidade da informação financeira fundamentalmente preparada para atender a maiores níveis de relevância percebida;
- ✚ No que respeita ao articulado que decorre da nova redacção dada ao CIRC, verificamos que a base de ligação da fiscalidade à contabilidade continua a ser estabelecida, tal como vinha acontecendo, através do seu artigo 17º, e onde se continua a fazer apelo à normalização contabilística para a preparação de informação financeira;

- ✚ Fica, portanto, clara a aceitação de normativos diferentes para ambas as disciplinas, plenamente justificados pelos diferentes objectivos a que presidem;
- ✚ Nesta conformidade, pensamos poder continuar a afirmar-se que estas duas áreas do conhecimento, ainda que com objectivos díspares, podem continuar a funcionar com um nível de complementaridade que sirva os interesses de ambas;
- ✚ E, ainda, que, o novo paradigma contabilístico, de que resultou uma nova orientação, pode ser genericamente caracterizado, neste particular, pela:
  - Menor ingerência da fiscalidade no momento da definição das políticas contabilísticas de uma entidade, o que dito de outra forma equivale a um maior grau de autonomização da contabilidade relativamente à fiscalidade;
  - Aproximação do CIRC à terminologia e classificações que resultam da aplicação do normativo contabilístico e, bem assim, de uma maior aceitação, ainda que com certos limites, de políticas contabilísticas menos conservadores; e
  - Existência de alguns entrevas da fiscalidade a opções de reconhecimento e mensuração contabilísticas que privilegiem o requisito da relevância na medida em que, para efeitos de direito fiscal, a objectividade é o requisito que permite dotar o sistema de tributação de maior justiça e equidade fiscal. Ora, como facilmente se depreenderá, tal objectivo não só colide como se sobrepõe ao requisito de uma maior relevância que tem vindo a nortear os últimos avanços em termos de regulamentação contabilidade. Acreditamos, pois, ser fundamentalmente aqui que se situam e justificam as limitações que o CIRC sempre impôs e continuará a impor à prática contabilística, no sentido de não lhe permitir qualquer grau de afastamento ou arbitrariedade relativamente à linha de objectividade que a vem caracterizando desde uma perspectiva histórica.

### Normativo Fiscal em Portugal

#### 2.1. Enquadramento

A fiscalidade é a base da soberania das nações, na medida em que, privadas de recursos financeiros, as autoridades não poderiam executar as suas políticas. É também um instrumento de regulação económica capaz de influenciar o consumo, de incentivar a poupança ou de orientar a forma de organização das empresas.

A globalização dos mercados e as crescentes relações comerciais entre os países exigem um constante acompanhamento a nível de legislação fiscal e a UE não é alheia a isto.

A fiscalidade directa é da exclusiva competência dos governos - trata-se das receitas geradas através da tributação dos rendimentos das pessoas singulares e dos lucros das empresas. Em contrapartida, a política fiscal da UE centra-se nos impostos indirectos, tais como o imposto sobre o valor acrescentado e os impostos especiais de consumo que podem afectar o mercado único.

Além disso, assegura que as disposições fiscais não impedem a liberdade de circulação dos capitais na UE e que esta não cria oportunidades de evasão fiscal. A política da UE visa igualmente as disposições fiscais susceptíveis de dificultar o exercício do direito que assiste aos cidadãos da UE de trabalhar em qualquer Estado-Membro.

O presente capítulo visa dar a conhecer os vários aspectos da fiscalidade empresarial, nomeadamente no que respeita aos tratamentos administrativos e contabilísticos.

#### 2.2. A Organização do sistema fiscal

O sistema fiscal português tem a sua base, desde logo, na Constituição da República que define os princípios orientadores, nomeadamente no que se refere ao tipo de impostos e os direitos e garantias dos contribuintes. No artigo 103.º estabelece-se que os impostos

são criados por lei, logo competência da Assembleia da República, que determina entre outras, a incidência e a taxa. O artigo 104.º estabelece princípios gerais sobre o modo como são distribuídos os encargos tributários entre as várias categorias de contribuintes: pessoas colectivas e pessoas singulares.

### **A Fiscalidade e a Constituição**

- ✚ Conformidade
- ✚ Igualdade
- ✚ Legalidade

### **Características dos Impostos (Art. 104º CRP)**

- ✚ O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo;
- ✚ A tributação sobre as empresas incide fundamentalmente sobre o seu rendimento real;
- ✚ A tributação sobre o património deve contribuir para a igualdade entre os cidadãos;
- ✚ A tributação do consumo visa adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo.

O legislador distingue entre imposto sobre o rendimento pessoal, imposto sobre o consumo e impostos sobre o património. Para além de outros impostos sobre factos ou bens específicos.

A partir de 1989, a **tributação do rendimento** passou a efectuar-se através de dois novos impostos, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

O IRS tem por objectivo a tributação global e personalizada do rendimento, através da adopção de um conceito amplo de rendimento (rendimento – acréscimo patrimonial) e de relevância de um conjunto importante (que tem vindo a diminuir) de encargos e deduções de tipo pessoal e familiar.

O IRC corresponde às exigências da tributação empresarial, baseada no lucro real e na eliminação de dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

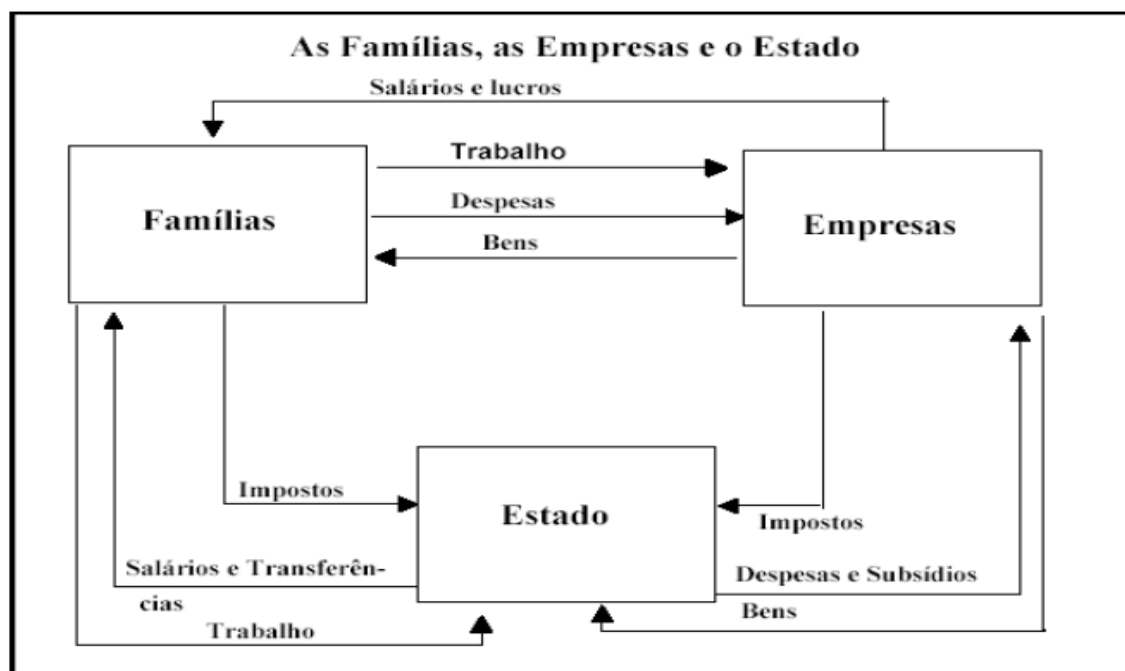
A **tributação do património** faz-se através do Imposto do Selo e de dois impostos afectos às autarquias locais: o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). O primeiro recaindo sobre o valor patrimonial dos prédios, quer rústicos, quer urbanos, e o segundo sobre as transmissões de imóveis a título oneroso.

Nos **impostos sobre a despesa**, incluem-se o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e vários impostos específicos incidindo sobre o consumo de certos bens, sendo os mais importantes, o imposto de consumo sobre o tabaco, o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, o imposto sobre os produtos petrolíferos e o imposto automóvel.

Saliente-se também o imposto do selo e o imposto de circulação sobre veículos pesados de mercadorias.

Na figura abaixo pode-se constatar resumidamente o funcionamento da sociedade e seus grupos de intervenientes, no que diz respeito às trocas de trabalho, bens e serviços e capitais entre os quais se incluem os impostos.

**Figura 1 – Funcionamento da Sociedade**



Fonte: manual curso Companhia Própria – Formação & Consultoria, Lda, 2004

## 2.2.1 Princípios e conceitos básicos sobre fiscalidade

### Conceito de Imposto

A actividade financeira do Estado desdobra-se na obtenção dos meios necessários para satisfazer as necessidades colectivas de satisfação passiva, na sua satisfação em concreto, e na coordenação entre os meios e aquelas necessidades. Não sendo o único tipo de receitas públicas (além dos impostos, refiram-se as taxas, as multas e coimas, os empréstimos públicos e os proventos dos bens patrimoniais do Estado), o imposto assume de entre os meios que suportam a actividade financeira do Estado, primordial importância. Por duas razões fundamentais:

- Quantitativamente, na medida em que numericamente reveste um significado decisivo no conjunto de todas as receitas;
- Qualitativamente, porque se revela um instrumento cujas funções excedem as meramente fiscais. O imposto é um privilegiado meio de política económica (ex: medidas deflacionárias, política de incentivos fiscais, protecção a indústrias nacionais) e de política social (ex: efeito redistribuidor da riqueza).

O imposto é uma prestação patrimonial, definitiva (não há direito a restituição, distingue-se dos empréstimos), unilateral (não existem contrapartidas a receber pelo pagamento do imposto, distinguem-se das taxas), estabelecida pela lei (os impostos só podem ser criados através de lei, sendo a sua tributação também legislada), a favor de entidades que exerçam funções públicas (apenas em determinados casos podem ser cobrados por outras instituições), para satisfação de fins públicos (distingue-se imposto de multas e penalidades), que não constitui sanção de um acto ilícito, nem depende de qualquer vínculo anterior.

### Prestação Patrimonial

Pretende-se com esta expressão significar que o imposto poderá não ser uma prestação pecuniária, sendo, no entanto, sempre avaliável em dinheiro.

Embora, normalmente, o imposto seja uma prestação pecuniária, existem situações em que a desobrigação da dívida do imposto se pode fazer mediante pagamento em espécie. É exemplo desta situação o pagamento de impostos por dação de bens em pagamento.

### **Definitiva**

Não tem o prestador do imposto direito a restituição ou reembolso do imposto devido. Por isso, se distingue o imposto, do empréstimo público, onde existe sempre reembolso. O imposto anulado, ou pago em excesso não prejudica esta característica, pois é um imposto indevido.

### **Unilateral**

A natureza unilateral ou não sinalagmática do imposto reside na inexistência de uma contrapartida individualizada por parte do credor do imposto (Estado) para com o devedor (contribuinte). Afasta-se pois, o imposto da taxa (onde existe uma contrapartida individualizada) e do empréstimo público (a contraprestação assume a forma de juro).

A inexistência de contrapartida significa que quem mais paga os impostos não tem prioridade na utilização das estradas, das escolas, dos hospitais, dos tribunais, etc. Não tem mais direitos do que quem não paga. O imposto é uma transferência coerciva e unilateral dos particulares para o Estado.

### **Estabelecida pela lei**

A obrigação tributária decorre da verificação de um facto (conjugação de pressupostos tributários) a que a lei e só ela, liga como consequência a sujeição a imposto. Face a esta característica, se distingue o imposto das prestações «*ex voluntatis*», delineadas de acordo com a vontade das partes.

### **A favor de entidades que exercem funções públicas**

Já no âmbito do elemento subjectivo do imposto, esta característica é uma consequência directa do facto de o imposto ser inerente à actividade financeira: uma actividade de natureza pública.

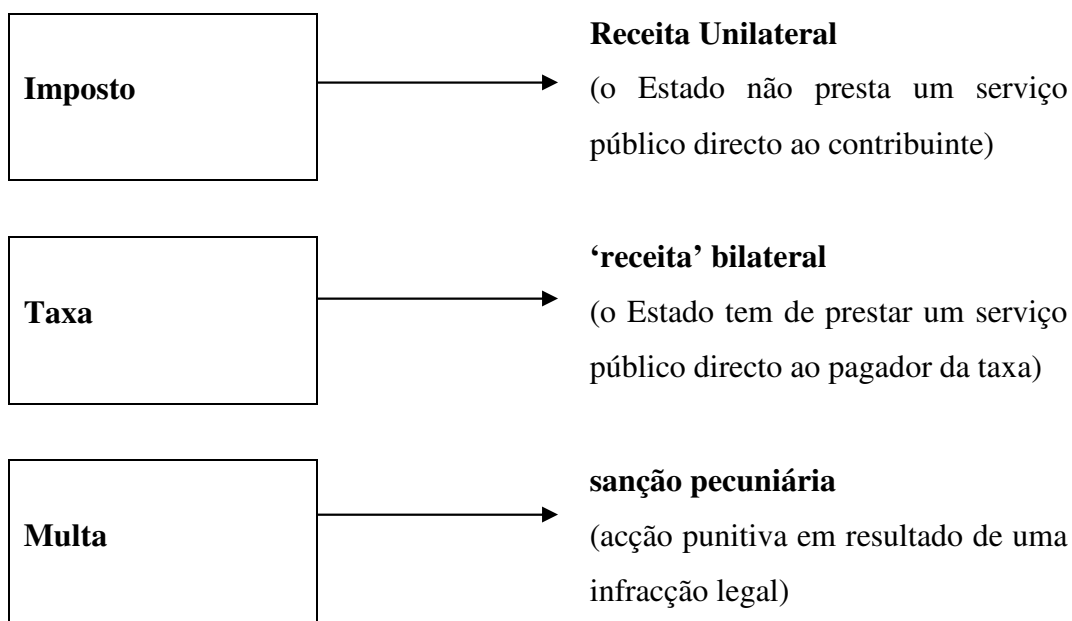
### **Para satisfação de fins públicos**

No elemento teleológico do imposto compreendem-se, não apenas os tradicionais fins financeiros do imposto (financiamento das despesas públicas), mas também as suas finalidades extra-fiscais, como a repartição da riqueza ou o controlo da inflação

### Não constitui sanção de acto ilícito

Já referimos que o imposto não resulta de qualquer prévio vínculo de natureza contratual. Também, contrariamente ao que ocorre com as prestações pecuniárias resultantes da aplicação de multas e coimas, o imposto não representa uma reacção da ordem jurídica à prática de um acto ilícito.

**Quadro 3 - Imposto *versus* taxa *versus* multa**



Fonte: manual curso Companhia Própria – Formação & Consultoria, Lda, 2004

### Isenção

Benefício fiscal concedido excepcionalmente pela lei a certos sujeitos passivos para não ficarem na obrigação do imposto, apesar de em relação a elas se verificarem os pressupostos que condicionam o aparecimento da obrigação do imposto.

Não confundir com a não-sujeição: Ter isenção significa que estamos “debaixo” da incidência do imposto, mas o sujeito passivo é desobrigado ao seu pagamento (beneficia de isenção). Não sujeição traduz uma realidade que não encontra enquadramento nas normas de incidência (não sujeito = fora do campo do imposto)



## Matéria Colectável

Grandeza sobre a qual incide a taxa do imposto.

### Tipos de Matéria Colectável

- ✚ Capital: Sujeito a IMT
- ✚ Rendimento: Sujeito a IRS e a IRC.
- ✚ Consumo: Sujeito a IVA, IA, IEC, ISP, IST
- ✚ Riqueza (usufruto de bens): Sujeito a IMI, Imposto sobre Veículos («Selo Automóvel»).

## Taxa

Montante da prestação do imposto, expressa abstractamente na lei. É a relação expressa entre a colecta e a matéria colectável.

## Colecta

Resulta da aplicação da taxa à matéria colectável. O imposto a pagar será obtido após agravamentos ou deduções a efectuar à colecta, deduzida de eventuais adiantamentos já efectuados.

### 2.2.2. Momentos da obrigação do imposto

**1º Incidência** – O primeiro momento é o do preenchimento dos pressupostos necessários à geração do facto tributário. Tais pressupostos encontram-se tipificados nas normas de incidência e dividem-se em pressupostos de natureza real e natureza pessoal. A primeira relacionada com a realidade sujeita a imposto, ao passo que a natureza pessoal delimita quem está sujeito a imposto.

Ou seja, trata-se da definição dos actos sujeitos a tributação e das pessoas sobre as quais recai o ónus do imposto. A incidência pode ser distinguida entre:

- **Incidência Real:** Actos ou situações sujeitas a imposto;

- **Incidência Pessoal:** Quem está sujeito a imposto;

**2º Lançamento** – Pode definir-se como o conjunto de operações de natureza administrativa que visam a identificação do sujeito passivo e a determinação da matéria colectável.

**3º Liquidação** – A liquidação é uma operação aritmética de aplicação da taxa à matéria colectável, a fim de se apurar a colecta do imposto.

Realce-se que constitui garantia dos contribuintes a caducidade do poder de determinação do montante do imposto e de outras prestações tributária, pelos serviços da administração fiscal, quando o valor dessa determinação não for notificado ao contribuinte no prazo de quatro anos contados, nos impostos periódicos, a partir do termo daquele em que ocorreu o facto tributário ou, nos impostos de obrigação única, a partir da data em que o facto tributário ocorreu (art. 45º da Lei Geral Tributária – LGT).

**4º Cobrança** – É o momento terminal do imposto, onde se compreendem as operações necessárias à sua arrecadação por parte do credor tributário.

- Tipos de Cobrança

- Virtual: Quando o tesoureiro da Fazenda Pública recebe previamente o título de cobrança
- Eventual: Quando o título de cobrança é apresentado ao tesoureiro pelo contribuinte.

- Tipos de Pagamento

- Voluntário: «À boca do cofre», pode ser no prazo normal ou após o prazo (havendo neste caso lugar a juros de mora).
- Relaxe (não voluntário): Período após a fase de juros de mora em que o contribuinte pode pagar o seu débito, mas já tem instaurado contra si um processo, o qual originará um pagamento coercivo.

A este propósito convém fazer referência à extinção da obrigação fiscal. Como qualquer outra obrigação, também a fiscal pode extinguir-se por morte natural ou por morte

provocada. A forma normal de extinção da obrigação fiscal é o seu cumprimento, que pode ser voluntário ou coercivo. O cumprimento ou pagamento voluntário das dívidas tributárias é o que é efectuado dentro do prazo estabelecido nas leis tributárias, através dos meios de pagamento legalmente previstos.

Mas para além do cumprimento, há outros modos de extinção da obrigação fiscal, como a prescrição, a dação em cumprimento e a compensação.

Quanto à prescrição (regulada nos art. 48º e 49º da LGT), refira-se que as dívidas tributárias prescrevem, salvo disposto em lei especial, no prazo de oito anos contados, nos impostos periódicos, a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário e, nos impostos de obrigação única, a partir da data em que o facto tributário ocorreu.

No que diz respeito à dação em cumprimento e à compensação, estas formas de extinção das prestações tributárias apenas são admitidas nos casos expressamente previstos na lei.

**5º Obrigações Acessórias** – Obrigações a ter pelo sujeito passivo para além do próprio imposto

### **2.2.3. Entidades participantes**

#### **Sujeito Activo**

Titular do direito à prestação do imposto, atribuído por lei a favor do Estado e outros entes públicos.

#### **Sujeito Passivo**





A doutrina costuma distinguir, a propósito do sujeito passivo “*latu sensu*”, as três seguintes figuras: contribuinte, devedor do imposto e sujeito passivo da relação jurídica fiscal.

O contribuinte é a pessoa relativamente à qual se verifica o facto tributário, o pressuposto de facto ou o facto gerador do imposto, isto é, o titular da manifestação de capacidade contributiva que a lei tem em vista atingir.

Por sua vez, o devedor do imposto é o sujeito passivo (“stricto sensu”) que deve satisfazer perante o credor fiscal (Fisco) a obrigação de imposto, isto é, a prestação ou prestações em que o imposto se concretiza. Este limitar-se-á ao chamado devedor principal ou originário, aquele em relação ao qual o Fisco exige em princípio ou em primeira linha a satisfação do crédito do imposto.

O sujeito passivo (“latu sensu”) da relação fiscal é toda e qualquer pessoa, singular ou colectiva, a quem a lei imponha o dever de efectuar uma prestação tributária, seja a prestação de imposto, sejam as prestações correspondentes às múltiplas e diversificadas obrigações acessórias.

### **Tipos de Contribuinte**

-  **Contribuinte de Direito** – Aquele que está sujeito ao imposto  
Exemplo: comerciante / IVA
-  **Contribuinte de Facto** – Aquele que suporta efectivamente o imposto  
Exemplo: consumidor / IVA
-  **Contribuinte principal** – Aquele que suporta a prestação  
Exemplo: trabalhador dependente / IRS
-  **Contribuinte Acessório** – Aquele a quem a lei obriga à realização de obrigações acessórias  
Exemplo: entidade patronal / Ret. fonte IRS

### **2.2.4. Classificação dos Impostos**

#### **Impostos Directos / Indirectos**

Será certamente umas das mais relevantes classificações e a que ainda preside à classificação orçamental dos impostos. Têm sido vários e de diferente natureza os critérios (jurídicos e económicos) adoptados para a estabelecer. Assentemos em dois

critérios que se encontram próximos e que têm sido adoptados por parte significativa da doutrina.

O primeiro critério é o que atende à natureza da manifestação de capacidade contributiva subjacente ao facto tributário. Assim, são:

- 🚦 **Directos** – aqueles impostos que tributam manifestações directas ou imediatas de riqueza. Estas traduzem-se num “ter” (rendimento, capital ou património). Ex. IRS, IRC.
- 🚦 **Indirectos** – aqueles impostos que tributam manifestações indirectas ou mediatas de riqueza, as quais se evidenciam através de um “fazer” (o acto de consumir). Ex. IVA, IEC’s.

O segundo critério aproxima-se do primeiro e tem por base a diferente estabilidade das faculdades contributivas. De acordo com este critério, são:

- 🚦 **Directos** – aqueles impostos em que a matéria colectável possui carácter de permanência.
- 🚦 **Indirectos** – aqueles impostos em que a matéria colectável é intermitente, revestindo natureza transitória.

### **Impostos Reais / Pessoais**

- 🚦 **Reais** – aqueles em que a tributação atende apenas à matéria colectável, alheando-se das condições pessoais, económicas e familiares dos contribuintes (ex. o IRC)
- 🚦 **Pessoais** – aqueles em que a tributação tem em conta a situação económica e pessoal do contribuinte. No Sistema Fiscal Português, apenas o IRS, por imperativo constitucional, é um imposto pessoal.

### **Impostos Ordinários / Extraordinários**

- 🚦 **Ordinários** – quando o direito ao imposto se verifica por tempo indeterminado;
- 🚦 **Extraordinários** – o direito ao imposto constitui um diploma legal que indica o tempo que durará a situação extraordinária que originou o imposto (ex. imposto ultramarino, já extinto).

### **Impostos Estaduais / Não Estaduais**

Esta é uma classificação que atende à natureza da entidade credora do imposto.

- 🚦 **Estaduais** – Quando o sujeito activo/credor do imposto é o Estado em sentido restrito.
- 🚦 **Não Estaduais** – Quando o sujeito activo/credor do imposto é uma pessoa colectiva de direito público (ex. autarquias – o IMI e o IMT são impostos municipais).

### **Impostos Principais / Acessórios**

- 🚦 **Principais** – a sua existência não depende de outros impostos, ou seja, gozam de autonomia face aos restantes impostos.
- 🚦 **Acessórios** – dependem da prévia existência de outros impostos, acrescem aos impostos principais, de que dependem (ex. Derrama).

### **Impostos Periódicos / de Prestação Única**

- 🚦 **Periódicos** – aqueles impostos em que a obrigação do imposto ocorre, tendencialmente com uma periodicidade regular (em regra, anualmente) (ex. IRS, IRC, IMI)
- 🚦 **De Prestação Única** – Resultam de actos isolados e embora se possam repetir, não têm qualquer ligação entre si, ou seja, caracterizam-se pela não previsibilidade ou regularidade da obrigação do imposto (ex. IMT, IVA)

### **Impostos Consignados / Não Consignados**

- 🚦 **Consignados** – quando as suas receitas ficam legalmente reservadas para determinadas despesas (ex. imposto ultramarino, já extinto)
- 🚦 **Não Consignados** – as receitas não visam a satisfação de qualquer despesa pública específica.

### **Impostos Únicos/Múltiplos ou Globais/Parcelares**

- 🚦 **Únicos ou Globais** – quando existe um sistema de imposto único para toda a realidade tributária (uma matéria colectável só tem um imposto).
- 🚦 **Múltiplos ou Parcelares** – Quando existem vários impostos para uma só matéria colectável.

### **Impostos proporcionais, progressivos e regressivos**

Esta classificação atende à estrutura da taxa do imposto.

- 🚩 **Proporcionais** – nestes impostos a taxa é fixa o que conduz a que a colecta do imposto aumente proporcionalmente à matéria colectável (ex: IRC, IMI).
- 🚩 **Progressivos** – são os impostos em que a taxa se eleva à medida que aumenta a matéria colectável. A colecta do imposto aumenta mais que proporcionalmente face ao aumento da matéria colectável (ex: IRS).
- 🚩 **Regressivos** – estes impostos têm como característica a diminuição da taxa do imposto à medida que aumenta a matéria colectável. Esta classificação não tem apenas interesse académico, porque embora tal facto não ocorra em Portugal, é conhecida, entre os Estados-Membros da UE, no âmbito da tributação das sociedades, a adopção de taxas inferiores para lucros acima de determinados montantes.

## 2.3. Impostos sobre o rendimento

### 2.3.1 IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

O IRS é um imposto nacional, estadual, directo, pessoal, subjectivo, e progressivo por escalões que tributa o valor anual dos rendimentos auferidos por pessoas singulares ou físicas.

O IRS encontra-se subordinado a princípios gerais, como o da legalidade, da tipicidade, da igualdade, da protecção da família e da protecção da propriedade privada. Mas a sua natureza subordina-o, também, a outros princípios específicos, como o da capacidade contributiva, da totalidade, da universalidade, da territorialidade, da realização e do imediatismo.



O IRS é um imposto sobre o rendimento. Na ausência de uma definição legal de rendimento tributável o Código prevê seis categorias de rendimentos, em regra autónomas entre si, mas que comportam, nalguns casos, elementos de preponderância e elementos de articulação. Existe uma categoria com natureza residual, na qual se encontram abrangidos incrementos patrimoniais não contemplados noutras categorias.

Por último, o IRS é um imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, sendo portanto um imposto subjectivo, estando conexos com a incidência subjectiva, aspectos como o da caracterização dos sujeitos passivos, a composição do agregado familiar e a residência em território português enquanto subjectivo de conexão territorial que legitima o poder de tributar o rendimento auferido numa base mundial.

“O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e rendimentos do agregado familiar” Art.º104.º,n.º1 da Constituição da República Portuguesa.

### **Os sujeitos passivos de IRS**

São sujeitos passivos de IRS as pessoas singulares (art.º13.º n.º1 do CIRS):

-  Que residam em território português;
-  As que nele não residindo aqui obtenham rendimentos.

Deve, assim, distinguir-se entre pessoas singulares residentes em território português, as quais estão sujeitas a imposto sobre a universalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora desse território (art.º 15.º n.º1 do CIRS) e pessoas singulares não residentes em território português, as quais apenas são sujeitas a imposto sobre os rendimentos obtidos neste território (art.º 15.º n.º2 do CIRS). No primeiro caso, deve ainda distinguir-se entre as pessoas singulares residentes no território do continente (art.º 16.º do CIRS), e as residentes na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores (art.º 17.º do CIRS).

Relativamente às pessoas singulares residentes, deve distinguir-se entre as pessoas sós e as pessoas que integram um agregado familiar. Existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituam, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direcção (art.º 13.º n.º2 do CIRS) e que são, segundo a lei civil, os cônjuges que não sofram de qualquer inibição ou incapacidade de exercício.

O agregado familiar é composto diversamente, embora sempre com base na família nuclear – pais, filhos ou equiparados – (art.º 13.º n.º3 do CIRS).



Estão sujeitas a IRS todas as pessoas físicas residentes em território português, considerando-se como tais todas aquelas que, no ano civil a que respeitam os rendimentos (art.º 16.º do CIRS). Quem é considerado residente?

- ✚ Hajam nele permanecido mais de 183 dias, seguidos ou interpolados;
- ✚ Tendo permanecido por menos tempo, aí disponham, em 31 de Dezembro desse ano, de habitação em condições que façam supor a intenção de a manter e ocupar como residência habitual;
- ✚ Em 31 de Dezembro, sejam tripulantes de navios ou aeronaves, desde que aqueles estejam ao serviço de entidades com residência, sede ou direcção efectiva nesse território;
- ✚ Desempenhem no estrangeiro funções ou comissões de carácter público, ao serviço do Estado Português. São sempre havidas como residentes em território português as pessoas que constituem o agregado familiar, desde que naquele resida qualquer das pessoas a quem incumbe a direcção do mesmo.

São ainda havidas como residentes em território português as pessoas de nacionalidade portuguesa que deslocalizem a sua residência fiscal para país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, no ano em que se verifique aquela mudança e nos quatro anos subsequentes, salvo se o interessado provar que a mudança se deve a razões atendíveis, designadamente exercício naquele território de actividade temporária por conta de entidade patronal domiciliada em território português.

Os residentes em território português são residentes numa Região Autónoma quando, de um modo geral, no ano a que respeitam os rendimentos, aí tenham permanecido por mais de 183 dias, sendo ainda necessário que a sua residência habitual se situe na Região Autónoma e que aí estejam registados para efeitos fiscais.

A **situação pessoal e familiar relevante** para efeitos de tributação é aquela que se verificar em 31 de Dezembro de cada ano – art.º 13.º n.º7 do CIRS.







As pessoas de sexo diferente vivendo em união de facto há mais de dois anos podem optar por ser tributadas em conjunto, como se de pessoas casadas e não separadas

judicialmente de pessoas e bens se tratasse (art.º14 do CIRS), desde que, no ano da tributação conjunta, e nos dois anos anteriores, tenham tido o mesmo domicílio fiscal e ambos, assinem a declaração (art.º14.º n.º2 do CIRS). No caso de opção por tributação conjunta, a responsabilidade pelo imposto é solidária (art.º14.º n.º3 do CIRS).

Os sujeitos passivos considerados não-residentes em território português são apenas tributados pelos rendimentos aqui obtidos, conforme nº2 do art.º 15.º do CIRS. É o art.º18 do mesmo código que estabelece os elementos de conexão territorial que permitem identificar os rendimentos que se consideram obtidos em território português.

### **Os rendimentos tributáveis em IRS**

O IRS incide sobre o valor anual (ano civil) dos rendimentos das categorias seguintes:

-  **Categoria A** - Rendimentos do trabalho dependente
-  **Categoria B** - Rendimentos Empresariais e Profissionais
-  **Categoria E** - Rendimentos de Capitais
-  **Categoria F** - Rendimentos Prediais
-  **Categoria G** - Incrementos Patrimoniais
-  **Categoria H** – Pensões

### **Determinação do Rendimento Líquido Total ao Rendimento Colectável**

A primeira fase da determinação da matéria colectável de IRS é constituído pelo conjunto dos rendimentos líquidos que passa a designar-se por rendimento líquido total.

O rendimento líquido total é, portanto, o resultado da soma algébrica dos rendimentos líquidos positivos das categorias submetidas a englobamento e das perdas susceptíveis de dedução.

O rendimento colectável em IRS é o rendimento líquido total deduzido dos abatimentos legalmente previstos.

Do rendimento colectável passava-se a uma realidade diferente, denominada matéria colectável, a qual se apurava mediante a dedução ao rendimento colectável dos benefícios fiscais que operavam desse modo. De notar, entretanto, que todos os

benefícios fiscais que se concretizavam em deduções à matéria colectável foram transformados em deduções à colecta do imposto. Assim, e numa lógica distinta da que inicialmente presidiu à configuração e quantificação da matéria colectável em IRS, pode-se dizer, no quadro vigente, que o **Rendimento Colectável é igual à Matéria Colectável**.

Por último torna-se por vezes necessário efectuar uma outra operação antes da aplicação das taxas: adicionar à matéria colectável os rendimentos isentos com progressividade, de forma a apurar-se o rendimento para determinação das taxas aplicáveis à matéria colectável.

Após a aplicação da taxa de imposto ao rendimento colectável e uma vez feita as deduções à colecta, obtém-se o montante de imposto que o contribuinte tem que pagar ou a receber, neste último caso se o imposto já pago (por via de retenção na fonte ou pagamentos por conta) exceder o montante do imposto resultante da liquidação.

Se os serviços da DGCI apurarem que o montante do imposto retido e dos eventuais pagamentos por conta é inferior ao imposto devido, haverá lugar ao pagamento do imposto devido.

O contribuinte deve entregar a sua declaração de IRS (modelo 3 e anexos) entre Fevereiro e Maio do ano seguinte. Os prazos variam quando os rendimentos são só das categorias A e H ou quando existem outros tipos de rendimento. Também variam se a forma de entrega for em papel nos serviços de finanças ou se for entregue pela internet.

Se as declarações tiverem sido entregues dentro dos prazos legais e as liquidações forem efectuadas dentro dos prazos previstos no artigo 77.º do CIRS, o pagamento do IRS deve ser efectuado até ao dia 31 de Maio, no caso de rendimentos das categorias A e H, e até 30 de Junho, nos restantes casos.

Quando não se proceda à liquidação no prazo previsto no art.º77.º (o que tem sido a regra), o sujeito passivo será notificado para satisfazer o imposto devido no prazo de 30 dias a contar da notificação (art.º104.º do CIRS).

### 2.3.2 – IRC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

A tributação do rendimento das sociedades dispersa pelos diversos impostos parcelares converteu-se, com a Reforma Fiscal de 1989, numa tributação unitária.

Fundiram-se diversos impostos parcelares numa base única de tributação, sobre a qual passou a incidir o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas. Assim, o IRC incide sobre os rendimentos obtidos no período de tributação, pelos respectivos sujeitos passivos.

O conceito de rendimento que se adoptou partiu de uma noção extensiva de acordo com a chamada teoria do incremento patrimonial. Tal noção vem reflectida no Código do IRC ao eleger, para base do imposto, o lucro, definido como a diferença entre os valores do património líquido no fim e no início do período de tributação.

Em consequência, foram inequivocamente incluídos na base tributável ganhos até então não tributados, nomeadamente, algumas indemnizações bem como os subsídios não destinados à exploração e as mais-valias e menos-valias realizadas.

#### A Incidência de IRC

##### Sujeitos Passivos (Art.º 2.º CIRC)

Aqui podemos distinguir entre **sujeitos passivos por obrigação pessoal (residentes)** em que o âmbito de incidência pessoal do imposto se estende a todas as pessoas colectivas de direito público ou privado com sede ou direcção efectiva (local a partir do qual se faz a gestão global da empresa) em território português, e sujeitos passivos por obrigação real (**não residentes**), onde se incluem as entidades não residentes quando obtenham rendimentos no território português, não sujeitos a IRS.

### **Base do imposto (Art.º 3.º CIRC)**

A obtenção de rendimentos pelos respectivos sujeitos passivos determina o nascimento da obrigação do imposto. Mas o âmbito dos rendimentos sujeitos a imposto é condicionado não só pela residência do seu titular como pelo exercício ou não, a título principal, de actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Assim, as entidades cujo objectivo seja a prática de operações económicas de carácter empresarial incluindo as prestações de serviços, isto é, que através da coordenação de factores produtivos intervenham na produção ou distribuição de bens ou serviços para o mercado, são tributadas de acordo com o **respectivo lucro**.

Incluem-se, neste núcleo de entidades, as sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas e as empresas públicas. As entidades que não exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, nomeadamente as associações e fundações, **são tributadas pelo rendimento global**, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS.

Às entidades não residentes que dispuserem de estabelecimento estável (ver art.º5.º CIRC) em território português, o IRC incide sobre o **lucro imputável ao estabelecimento estável**. Às que não disponham de estabelecimento estável em Portugal, o IRC incide sobre os rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS.

### **Extensão da obrigação de Imposto (Art.º 4.º CIRC)**

As pessoas colectivas e outras entidades com sede ou direcção efectiva em território português são tributadas sobre a totalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora desse território.

Pelo contrário, relativamente aos sujeitos passivos que não tenham sede nem direcção efectiva em território português, o IRC incide apenas sobre os rendimentos nele obtidos.

Assim consideram-se obtidos em território português os rendimentos imputáveis a um estabelecimento estável e os que, não sendo imputáveis a estabelecimento estável aí situado e, bem assim, os que, não se encontrando nessas condições, a seguir se indicam:

- ✚ Rendimentos relativos a imóveis situados no território português, incluindo os ganhos resultantes da sua transmissão onerosa;
- ✚ Ganhos resultantes da transmissão onerosa de partes representativas do capital de entidades com sede ou direcção efectiva em território português ou de outros valores mobiliários emitidos por;
- ✚ Rendimentos a seguir mencionados cujo devedor tenha residência, sede ou direcção efectiva em território português ou cujo pagamento seja imputável a um estabelecimento estável nele situado:
  - Rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial e bem assim da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico;
  - Rendimentos derivados do uso ou da concessão do uso de equipamento agrícola, industrial, comercial ou científico;
  - Outros rendimentos de aplicação de capitais;
  - Remunerações auferidas na qualidade de membros de órgãos estatutários de pessoas colectivas e outras entidades;
  - Prémios de jogo, lotarias, rifas, totoloto e apostas mútuas, bem como importâncias ou prémios atribuídos em quaisquer sorteios ou concursos;
  - Rendimentos provenientes da intermediação na celebração de quaisquer contratos;
  - Rendimentos derivados de outras prestações de serviços realizados ou utilizados em território português, com excepção dos relativos a transportes, comunicações e actividades financeiras;
  - Rendimentos provenientes de operações relativas a instrumentos financeiros derivados;
- ✚ Rendimentos derivados do exercício em território português da actividade de profissionais de espectáculos ou desportistas.

### **Determinação da matéria colectável**

Por imperativo constitucional, a tributação das empresas é efectuada sobre o rendimento real. Em consequência, a matéria colectável é, em regra, determinada por avaliação

directa com base na declaração do contribuinte, sem prejuízo do seu controlo posterior pela Administração Fiscal.

Na falta de declaração, compete à Direcção-Geral dos Impostos, quando for caso disso, a sua determinação. Assim, os serviços centrais da DGCII procederão nestes casos a uma liquidação de imposto que terá por base a totalidade da matéria colectável do exercício mais próximo que se encontre determinada ou outros elementos de que disponha.

A avaliação indirecta só pode efectuar-se em caso de:

- ✚ Regime simplificado de tributação previsto na lei;
- ✚ Impossibilidade de comprovação directa e exacta dos elementos indispensáveis à determinação da matéria colectável, no âmbito de acções de controlo inspectivo. Tal impossibilidade ocorre, nomeadamente, nos seguintes casos:
  - Inexistência de contabilidade;
  - Recusa de exibição da contabilidade e demais documentos legalmente exigidos, bem como a sua ocultação, destruição, inutilização, falsificação ou viciação;
  - Existência de diversas contabilidades para dissimular a realidade.
- ✚ A matéria colectável se afastar, sem razão justificada, mais de 30% para menos ou, durante três anos seguidos, mais de 15% para menos da que resultaria da aplicação dos indicadores objectivos de base técnico-científica a definir anualmente pelo Ministro das Finanças;
- ✚ Apresentação, sem razão justificada, de resultados tributáveis nulos ou prejuízos fiscais durante três anos consecutivos, ou em três anos durante um período de cinco.

No âmbito da avaliação indirecta, enquanto subsidiária da avaliação directa, podem ser utilizados quaisquer indícios, presunções ou outros elementos que permitam induzir com razoável grau de probabilidade o valor da matéria colectável, nomeadamente:

- A. Margens médias de lucro;
- B. Taxas médias de rentabilidade do capital investido;
- C. Coeficientes técnicos de consumo ou utilização de matérias-primas ou de outros custos directos;
- D. Elementos e informações declarados à administração fiscal.

Assim, para a tributação do lucro decorrente da actividade das sociedades comerciais, o ponto de partida será constituído pela soma algébrica do Resultado Líquido do exercício evidenciado na contabilidade e das variações patrimoniais positivas e negativas não reflectidas naquele resultado, eventualmente corrigido nos termos do Código.

Ao lucro tributável assim determinado deduzem-se os prejuízos e os benefícios fiscais e sobre essa diferença – a matéria colectável – incidirá a taxa de IRC. Assim:

$$\begin{array}{r} \textbf{Resultado Líquido} \\ + \\ \textbf{Variações patrimoniais positivas não reflectidas no Resultado Líquido} \\ - \\ \textbf{Variações patrimoniais negativas não reflectidas no Resultado Líquido} \\ +- \\ \textbf{Correcções Fiscais} \\ = \\ \textbf{Lucro Tributável} \\ - \\ \textbf{Prejuízos fiscais} \\ - \\ \textbf{Benefícios fiscais} \\ = \\ \textbf{Matéria Colectável} \\ \times \\ \textbf{Taxa IRC} \\ = \\ \textbf{Colecta de IRC} \end{array}$$

#### **Os Rendimentos e as variações patrimoniais positivas (Art.º 20.º e 21.º CIRC)**

Consideram-se rendimentos ou ganhos os derivados do exercício de uma actividade comercial, industrial ou agrícola, designadamente:



- ✚ Vendas ou prestações de serviços, descontos, bónus e abatimentos, comissões e corretagens;
- ✚ Rendimentos de imóveis;
- ✚ Rendimentos de carácter financeiro, tais como juros, dividendos, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio e prémios de emissão de obrigações;
- ✚ Rendimentos da propriedade industrial ou outros análogos;
- ✚ Prestações de serviços de carácter científico ou técnico;
- ✚ Mais-valias realizadas;
- ✚ Indemnizações auferidas, seja a que título for;
- ✚ Subsídios ou subvenções de exploração.

Tendo sido adoptado um conceito lato de rendimento, concorrem ainda para a formação do lucro tributável quaisquer outras **variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido do exercício**, excepto:

- ✚ As entradas de capital, incluindo os prémios de emissão de acções, bem como as coberturas de prejuízos;
- ✚ As mais-valias potenciais ou latentes, ainda que expressas na contabilidade, incluindo as reservas de reavaliação;
- ✚ As contribuições, incluindo a participação nas perdas, do associado ao associante, no âmbito da associação em participação e da associação à quota.
- ✚ Os incrementos patrimoniais.

### **Os Gastos e as variações patrimoniais negativas (Art.º 23.º e 24.º CIRC)**

São gastos ou perdas os que comprovadamente forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos sujeitos a imposto, nomeadamente:

- ✚ Encargos relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços (matérias utilizadas, mão-de-obra, energia, etc.) e outros gastos gerais de fabricação, conservação e reparação;
- ✚ Encargos de distribuição e venda, abrangendo os de transportes, publicidade e colocação de mercadorias;
- ✚ Encargos de natureza financeira, como juros de capitais alheios aplicados na exploração, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio, gastos com

operações de crédito, cobrança de dívidas e emissão de acções, obrigações e outros títulos e prémios de reembolso;

- ✚ Encargos de natureza administrativa, tais como remunerações, ajudas de custo, pensões ou complementos de reforma, material de consumo corrente, transportes e comunicações, rendas, contencioso, seguros, incluindo os de vida e operações do ramo «Vida», contribuições para fundos de poupança-reforma, contribuições para fundos de pensões e para quaisquer regimes complementares da segurança social;
- ✚ Encargos com análises, racionalização, investigação e consulta;
- ✚ Encargos fiscais e parafiscais;
- ✚ Depreciações e amortizações;
- ✚ Imparidades e Provisões;
- ✚ Menos-valias realizadas;
- ✚ Indemnizações resultantes de eventos cujo risco não seja segurável.

Não são aceites como custos as despesas ilícitas, que fundadamente indiciem a violação da legislação penal portuguesa.

Concorrem ainda para a formação do lucro tributável as variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido do exercício, excepto:

- ✚ As que consistam em liberalidades ou não estejam relacionadas com a actividade do contribuinte sujeita a IRC;
- ✚ As menos-valias potenciais ou latentes, ainda que expressas na contabilidade;
- ✚ As saídas, em dinheiro ou espécie, em favor dos titulares do capital, a título de remuneração (ex.: dividendos) ou de redução do mesmo, ou de partilha do património;
- ✚ As prestações do associante ao associado, no âmbito da associação em participação.

As gratificações e outras remunerações do trabalho de membros de órgãos sociais e trabalhadores da empresa, a título de participação nos resultados, concorrem para a formação do lucro tributável do exercício a que respeita o resultado em que participam, desde que as respectivas importâncias sejam pagas ou colocadas à disposição dos beneficiários até ao fim do exercício seguinte.

Se as referidas gratificações e outras remunerações forem atribuídas a membros dos órgãos sociais que sejam titulares, directa ou indirectamente, de partes representativas de, pelo menos, 1% do capital social, apenas concorre para a formação do lucro tributável a parcela que não exceda o dobro da remuneração mensal do exercício a que respeita o resultado em que participam, sendo a parte excedentária assimilada, para efeitos de tributação, a lucros distribuídos.

Considera-se ainda que o beneficiário detém indirectamente as partes de capital quando as mesmas estejam na titularidade do cônjuge, respectivos ascendentes ou descendentes até ao 2.º grau.

### **Encargos não dedutíveis**

O art.º42 do CIRC elenca um conjunto de encargos, que influenciam o resultado líquido do exercício, mas que não são dedutíveis para efeitos fiscais:

- ✚ O IRC e quaisquer outros impostos que directa ou indirectamente incidam sobre os lucros;
- ✚ Os impostos e quaisquer outros encargos que incidam sobre terceiros que a empresa não esteja legalmente autorizada a suportar;
- ✚ As multas, coimas e demais encargos pela prática de infracções, de qualquer natureza, que não tenham origem contratual, incluindo os juros compensatórios;
- ✚ As indemnizações pela verificação de eventos cujo risco seja segurável;
- ✚ As despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, na proporção de 20%, e a totalidade das mesmas sempre que a entidade patronal não possua, por cada pagamento efectuado, um mapa através do qual seja possível efectuar o controlo das deslocações a que se referem aquelas despesas, designadamente os respectivos locais, tempo de permanência e objectivo, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário;
- ✚ Os encargos não devidamente documentados e as despesas de carácter confidencial;
- ✚ As importâncias devidas pelo aluguer sem condutor de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, na parte correspondente ao valor das reintegrações dessas

viaturas que, nos termos das alíneas c) e e) do artigo 33º, não sejam aceites como custo;

- ✚ Os gastos com combustíveis na parte em que o sujeito passivo não faça prova de que as mesmas respeitam a bens pertencentes ao seu activo ou por ele utilizadas em regime de locação e de que não são ultrapassados os consumos normais;

Os juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade, na parte em que excedam o valor correspondente à taxa de referência Euribor a 12 meses do dia da constituição da dívida ou outra taxa definida por portaria do Ministro das Finanças que utilize aquela taxa como indexante.

A diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, incluindo a sua remissão e amortização com redução de capital, concorre para a formação do lucro tributável em apenas metade do seu valor

### **Liquidação do Imposto pelo contribuinte (Art.º 82.º CIRC)**

A liquidação do imposto deve ser efectuada pelo contribuinte:

- ✚ Na declaração periódica de rendimentos (Modelo 22), ainda que entregue fora do prazo legal que é 31 de Maio do ano seguinte (se o período for o ano civil);
- ✚ Na declaração de substituição, entregue para corrigir erros, cometidos em autoliquidação anterior, em prejuízo da Administração Fiscal;
- ✚ Na declaração de substituição, apresentada nos seis meses posteriores ao termo do prazo legal, para corrigir erros de que tenha resultado imposto superior ao devido.

Estão obrigados à liquidação do imposto:

- ✚ As entidades residentes que exercem a título principal actividade comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável;
- ✚ As entidades residentes que não exercem a título principal actividade comercial, industrial ou agrícola;
- ✚ As entidades não residentes sem estabelecimento estável quando auferirem rendimentos ou ganhos relativos a imóveis e ganhos resultantes da transmissão de valores mobiliários.

A liquidação terá por base a matéria colectável que dela conste e, à colecta assim determinada, serão efectuadas as seguintes deduções para determinação de imposto:

- a) A correspondente à dupla tributação internacional
- b) A relativa a benefícios fiscais;
- c) A relativa ao pagamento especial por conta;
- d) A relativa a retenções na fonte não susceptíveis de compensação ou reembolso nos termos da legislação aplicável.

As deduções referidas nas alíneas a), b) e c) serão efectuadas até à concorrência da colecta, podendo apenas a mencionada na alínea d) gerar reembolso que a Administração Fiscal deve efectuar até ao fim do terceiro mês imediato ao da apresentação da declaração periódica de rendimentos, apresentada no prazo legal, sob pena de pagamento de juros indemnizatórios.

## 2.4. Outros Impostos

Como já foi referido, além dos impostos sobre o rendimento existem outros impostos, nomeadamente impostos sobre Património e sobre o consumo. Na atividade de TOC o imposto com que mais se lida é com o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) e que por isso merecerá maior atenção neste trabalho.

### 2.4.1. O Imposto sobre o Valor Acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) apresenta as seguintes características:

- ✚ É um imposto **geral** sobre o consumo, pois incide sobre as transmissões de bens, as prestações de serviços e as importações;
- ✚ É um imposto **plurifásico** porquanto é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista;
- ✚ Sendo um imposto plurifásico não é **cumulativo** porquanto o pagamento do imposto devido é fraccionado pelos vários intervenientes do circuito económico, através do método do crédito do imposto.

Sendo o IVA um imposto plurifásico não produz, em princípio, quaisquer efeitos cumulativos graças ao método utilizado para o seu cálculo – **método do crédito do imposto**.

Este método consiste em todos os operadores ao longo de um circuito económico serem obrigados a liquidar imposto nas suas operações, isto é, a fazer incidir a taxa do imposto sobre os respectivos preços. No entanto, para determinar o imposto a entregar nos cofres do Estado, cada operador deverá deduzir ao montante do imposto liquidado nas suas operações (vendas e, ou, prestações de serviços) o montante do imposto que onerou as suas aquisições e que deverá constar das facturas dos seus fornecedores.

Como se deduz, o operador é devedor do Estado pelo imposto que liquida aos seus clientes e, ao mesmo tempo, credor do Estado pelo imposto suportado nas compras efectuadas aos seus fornecedores.

O imposto a entregar ao Estado será o valor correspondente à diferença entre o imposto liquidado e o imposto suportado, ou seja:

**Imposto a entregar = Imposto liquidado – Imposto suportado**

O IVA é o imposto indirecto que se repercute sobre o consumidor final de um bem transaccionável. A particularidade deste imposto é que o sujeito passivo que adquire um produto com o imposto já pago por aquele que o alienou, fica investido no direito de dedução do imposto já suportado.

Para as operações situadas no continente, haverá uma taxa reduzida de 6%, uma intermédia de 13% e uma normal de 23%.

### **Incidência**

Estão sujeitas a imposto a (art.º1 a 8.º CIVA):

- ✚ Todas as transmissões de bens e as prestações de serviços, efectuadas a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal e que ocorram no território nacional;
- ✚ As importações de bens;

- ✚ As aquisições intracomunitárias efectuadas no território nacional tal como estão reguladas no Regime do IVA nas transacções intracomunitárias (RITI).

Verifica-se assim que, uma operação, para ser sujeita a imposto, deve reunir simultaneamente as seguintes condições:

- ✚ Constituir uma transmissão de bens, uma prestação de serviços ou uma aquisição intracomunitária.
- ✚ A operação deve ser efectuada a título oneroso porquanto o adquirente do bem ou do serviço obriga-se a uma contraprestação seja qual for a sua natureza ou o seu valor. De referir no entanto que também as operações efectuadas a título gratuito serão tributadas pois são assimiladas a operações a título oneroso.
- ✚ A operação tem de ser efectuada por um sujeito passivo agindo como tal.
- ✚ A operação tem de ser efectuada no território nacional.

### **Sujeito Passivo (Art.º 2.º do CIVA)**

São sujeitos passivos do imposto, isto é, são devedores do imposto:

- ✚ As pessoas singulares ou colectivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam actividades de:
  - Produção
  - Comércio ou de prestação de serviços
  - Actividades extractivas e agrícolas profissões livres
  - As que praticam uma só operação tributável, desde que essa operação preencha os pressupostos de incidência real de IRS e de IRC.
- ✚ As pessoas singulares ou colectivas que, segundo a legislação aduaneira, realizem importações de bens;
- ✚ As pessoas singulares ou colectivas que, em facturas ou documentos equivalentes, mencionem indevidamente IVA;
- ✚ As pessoas singulares ou colectivas que efectuem operações intracomunitárias;
- ✚ Os adquirentes dos serviços referidos nos n.ºs 8, 11, 13, 16, 17, alínea b) e 19 do art.º6.º do CIVA, desde que o respectivo prestador seja uma entidade não residente no território nacional;
- ✚ As pessoas singulares ou colectivas, quando sujeitos passivos que adquiram bens ou serviços efectuados em território nacional por entidades não residentes e que não disponham de representante.

✚ O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público serão, em qualquer caso, sujeitos passivos do imposto quando exerçam algumas das seguintes actividades e pelas operações tributáveis delas decorrentes, salvo quando se verifique que as exercem de forma não significativa:

- Telecomunicações;
- Distribuição de água, gás e electricidade;
- Transporte de bens;
- Prestação de serviços portuários e aeroportuários;
- Transporte de pessoas;
- Transmissão de bens novos cuja produção se destina a venda;
- Operações de organismos agrícolas;
- Exploração de feiras e de exposições de carácter comercial;
- Armazenagem;
- Cantinas;
- Radiodifusão e radiotelevisão.

### **Transmissão de bens (Art.º 3.º do CIVA)**

Define o CIVA como transmissão de bens «a transferência onerosa de bens corpóreos por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade».

No conceito de transmissão de bens estão abrangidos operações que, não sendo juridicamente transmissões de bens vão ser assimiladas como tal, e por isso sujeitas a imposto:

- ✚ Locação-venda;
- ✚ Venda com reserva de propriedade;
- ✚ Transferência de bens entre comitente e comissário;
- ✚ Contrato de consignação;
- ✚ Não devolução de mercadorias à consignação até 1 ano;
- ✚ Empreitada de bens móveis produzidos ou montados sob encomenda quando o empreiteiro fornecer a totalidade dos materiais;
- ✚ Auto-consumo externo
- ✚ Transferência de bens de um sector sujeito para um sector isento;
- ✚ Transmissões a título gratuito;



### **Prestações de Serviços (Art.º 4.º do CIVA)**

Quanto à definição de prestações de serviços, trata-se de um conceito residual e bastante amplo, pois são consideradas como tal, todas as operações que não constituam nem transmissões de bens nem importações, nem aquisições intracomunitárias.

No conceito de prestação de serviços estão abrangidas, as prestações de serviços a título gratuito, bem como a afectação temporária de bens da empresa a fins alheios à actividade exercida.

Considera-se ainda prestação de serviços, a entrega de bens móveis produzidos ou montados sob encomenda quando o dono da obra tenha fornecido os materiais para o efeito, quer o empreiteiro tenha fornecido ou não uma parte dos produtos utilizados.

São também consideradas prestações de serviços:

- ✚ A cedência temporária ou definitiva de um jogador, acordada entre os clubes com o consentimento do desportista, durante a vigência do contrato com o clube de origem e as indemnizações de promoção e valorização, devidas após a cessação do contrato.
- ✚ As indemnizações de promoção e de valorização, previstas no contrato de trabalho desportivo.

### **Importação (Art.º 5.º do CIVA)**

Considera-se importação a entrada em território nacional de bens originários ou provenientes de países terceiros e que não se encontrem em livre prática.

Para que se verifique uma importação são necessárias duas condições:

- ✚ O bem seja proveniente de um país terceiro ou de territórios comunitários a eles equiparados;
- ✚ Que os bens não se encontrem em livre prática, isto é, que os bens não tenham dado entrada no território de qualquer Estado membro tendo aí disto submetidos ao pagamento de direitos.

### **Fato gerador e exigibilidade do imposto (Art.º 7.º e 8.º CIVA)**

É importante determinar quando é que nasce o imposto (facto gerador) e quando é que o mesmo é devido ao Estado (exigibilidade). Regra geral estes dois momentos são coincidentes, isto é, o imposto é devido e torna-se exigível:

- ✚ Nas transmissões de bens, quando estes são postos à disposição do adquirente;
- ✚ Nas prestações de serviços, quando estas se consideram concluídas;
- ✚ Nas importações, no momento considerado para efeitos de aplicação de direitos aduaneiros, ainda que os mesmos não sejam devidos.

Considera-se que os bens sujeitos a instalação e montagem são postos à disposição do adquirente no momento em que essa instalação ou montagem estiver concluída.

Nos contratos de fornecimento ou de prestações de serviços de carácter continuado, o imposto será devido e exigível à medida que se efectuar cada pagamento e pelo montante desse pagamento.

Nos contratos de comissão entre um comitente e um comissário, a exigibilidade do imposto surge apenas com a entrega dos bens pelo comissário ao terceiro adquirente.

Nos contratos de consignação, aos bens enviados à consignação vão em suspensão de imposto; o imposto será devido e exigível quando da entrega desses bens pelo consignatário ao terceiro adquirente.

Nos contratos especiais, vendas a contento ou sujeitas a prova, o imposto será devido e exigível quando se derem os efeitos dos bens postos à disposição do adquirente antes de produzidos os efeitos translativos do contrato.

### **Isenções**

As isenções em IVA (art.º9.ºa 15.º CIVA) classificam-se em:

- ✚ Isenções simples ou incompletas – o operador económico não liquida o imposto nas suas operações mas também não pode deduzir o imposto que suporta nas suas aquisições;

- ✚ Isenções completas ou «taxa 0» - o operador não liquida o imposto nas suas operações mas pode deduzir o imposto suportado nas suas aquisições;

Estas isenções estão subdivididas em 4 grupos:

- ✚ Isenções nas operações internas (ver artigo 9.º do CIVA);
- ✚ Isenções nas importações (ver artigo 13.º do CIVA);
- ✚ Isenções nas exportações, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais (artigo 14.º do CIVA);
- ✚ Outras isenções.

### **Valor tributável**

Nas transacções internas o valor tributável é o valor dos bens e serviços sobre o qual irá incidir a taxa do imposto.

Porque a tributação se faz tendo em conta o valor real da operação, o valor tributável será a contraprestação obtida do adquirente do bem ou do serviço.

Assim, **o valor tributável incluirá**, isto é, serão tributados:

- ✚ Os impostos, direitos, taxas e outras imposições;
- ✚ As despesas acessórias debitadas ao cliente tais como, as comissões, seguros, transportes, publicidade, etc.;
- ✚ Os subsídios directamente relacionados com o preço de cada operação.

**O valor tributável não incluirá**, isto é, não serão tributados:

- ✚ Os juros pelo pagamento diferido da contraprestação e as quantias recebidas a título de indemnização desde que declaradas judicialmente;
- ✚ Os descontos, abatimentos e bónus concedidos;
- ✚ As quantias pagas em nome e por conta do cliente, desde que na contabilidade sejam registadas em contas de terceiros apropriadas;
- ✚ As embalagens, desde que não sejam efectivamente transaccionadas.

### **Deduções**

Para o apuramento do imposto, o sujeito passivo pode deduzir (art.º19.º a 25.º CIVA) o imposto incidente sobre as seguintes operações:

- ✚ O imposto que lhe foi facturado na aquisição de bens e serviços por outros sujeitos passivos;
- ✚ O imposto devido pelas importações;
- ✚ O imposto pago pela aquisição de alguns serviços indicados no art.º6.º do CIVA;
- ✚ O imposto pago como destinatário de operações tributáveis efectuadas por sujeitos passivos estabelecidos no estrangeiro, quando estes não tenham no território nacional um representante legal acreditado.

### **Operações que dão direito à dedução (Art.º 20.º e 22.º do CIVA)**

Quanto à dedução do imposto, o sujeito passivo só poderá deduzir o imposto que tenha suportado na aquisição de bens e serviços e na importação de bens, desde que essas aquisições contribuam para a realização de operações sujeitas a imposto e dele não isentas. Significa isto que, a realização de operações, ou actividades isentas (isenções simples) não permitem ao sujeito passivo deduzir parte, ou a totalidade, do imposto suportado.

No entanto existem operações isentas que conferem ao sujeito passivo a dedução do imposto suportado no exercício da sua actividade (isenção completa). Encontram-se nesta situação entre outras, as exportações, as operações assimiladas a exportações e os transportes internacionais.

O **direito à dedução** nasce no momento em que o imposto dedutível se torna exigível, isto é, o adquirente dos bens ou dos serviços tem o direito a deduzir o imposto no mesmo momento em que o imposto liquidado pelo fornecedor dos bens ou prestador dos serviços, se torna exigível.

O direito à dedução pode ser exercido através dos seguintes métodos:

- ✚ O método designado por **método de subtracção**;
- ✚ O **método de reporte** para os períodos seguintes;
- ✚ O **método de reembolso** quando se verificarem determinadas situações.

O imposto suportado deve ser deduzido no período de imposto correspondente à data de emissão da factura ou documento equivalente e deve ser efectuado na respectiva declaração periódica.

Nos casos em que não for possível cumprir este prazo, poderá o sujeito passivo exercer o direito à dedução no período de imposto em que a factura for recebida. Não obstante estes prazos, pode ainda o sujeito passivo exercer o direito à dedução até ao decurso de quatro anos contados a partir do nascimento do direito à dedução.

### **Apuramento do imposto**

O cálculo da dívida tributária, é dado por uma operação de subtracção resultante do método do crédito de imposto, isto é, o sujeito passivo para apurar o imposto devido, deduz ao imposto liquidado nas suas operações, durante um período de imposto, o imposto suportado nas aquisições do mesmo período.

Os períodos de imposto são dois:

- ✚ Mensal para os sujeitos passivos com um volume de negócios anual superior a 650.000,00€. Estes têm de entregar a declaração periódica do IVA até ao dia 10 do segundo mês seguinte ao período do imposto;
- ✚ Trimestral para os sujeitos passivos com um volume de negócios anual inferior a 650 000,00 €. Estes têm de entregar a declaração periódica do IVA até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao período do imposto.

Para determinar imposto a entregar ao estado, ou o crédito de imposto perante o Estado, o sujeito passivo deverá ter em conta, em cada período de tributação:

- ✚ O imposto liquidado e o imposto dedutível, relativo às operações efectuadas nesse período;
- ✚ As regularizações mensais ou trimestrais efectuadas;
- ✚ O crédito de imposto reportado do período anterior;
- ✚ As regularizações a favor do Estado respeitantes a correcções de erros praticados na declaração do período anterior (caso se verifiquem);
- ✚ As regularizações a favor do sujeito passivo comunicadas pelo SIVA.

## **Regimes especiais**

### **1. Regime especial de isenção**

Este regime, bastante simplificado, abrange os sujeitos passivos que reúnam cumulativamente as seguintes condições (art.º53.º a 59.º CIVA):

- ✚ Não tenham nem sejam obrigados a ter contabilidade devidamente organizada para efeitos do IRS ou IRC;
- ✚ Não pratiquem operações de exportação ou importação ou actividades com elas conexas;
- ✚ Não tenham atingido no ano civil anterior um volume de negócios superior a 10.000,00 €;
- ✚ Sendo retalhistas, ainda que o volume de negócios seja superior a 10.000,00 € mas inferior a 12.500,00 €.

Os sujeitos passivos abrangidos por este regime não liquidam imposto nas suas operações mas também não podem exercer o direito à dedução do imposto suportado nas suas aquisições. Estes sujeitos passivos não têm imposto a entregar nos Cofres do Estado.

### **2. Regime especial dos pequenos retalhistas**

Estão enquadrados neste regime os sujeitos passivos que reúnam cumulativamente as seguintes condições (a rt.º60 a 68.º CIVA):

- ✚ Sejam retalhistas. Consideram-se retalhistas aqueles cujo volume de compras de bens destinados a venda sem transformação atingir pelo menos 90% do volume total das compras;
- ✚ Não tenham nem sejam obrigados a ter contabilidade devidamente organizada para efeitos de IRS;
- ✚ Não efectuem importações ou exportações ou actividades com elas conexas;
- ✚ Não pratiquem operações intracomunitárias;
- ✚ Não tenham atingido no ano civil anterior um volume de compras superior a 50.000,00 € (com exclusão do IVA);
- ✚ Se efectuarem prestações de serviços, não isentas de imposto, o seu valor anual não seja superior a 250,00 €.

### **2.4.2. – Imposto Municipal sobre Imóveis**

O IMI incide sobre a propriedade dos imóveis, destinando-se a receita aos municípios, como já acontecia com a anterior contribuição autárquica.

#### **Base de Incidência**

##### **1. Imóveis novos**

A avaliação é feita tendo em conta, especialmente, o preço de construção, a área, a localização, o conforto, e a idade do imóvel.

##### **2. Imóveis já existentes**

Para os prédios já existentes e inscritos na matriz, está a operar-se uma actualização com base em coeficientes de desvalorização da moeda, ajustados pela variação territorial dos preços dos mercados imobiliários nas diferentes zonas do país, no entanto, de modo a garantir o gradualismo e a equidade fiscal, esta actualização opera-se com limitações máximas anuais.

Por sua vez, para os imóveis inscritos mais recentemente há uma significativa redução do imposto correspondente, com efeitos imediatos, para evitar que a discriminação se acentue.

#### **Isenções**

As famílias com rendimentos até 10.000€/ano e detentoras de um património de valor não superior a 50.000€, gozarão de isenção total do imposto.

#### **Taxas**

Para os prédios novos a taxa situa-se entre 0,2% e 0,5%, e para os restantes entre 0,4% e 0,8%;

Em conclusão, relativamente ao IMI podemos dizer que se regista uma boa distribuição da carga fiscal com a manutenção da carga fiscal global, que o aumento da carga fiscal nos prédios mais antigos é moderado face à existência das cláusulas de salvaguarda e que se considera a situação especial das pessoas de menores rendimentos, em particular os idosos, e a defesa do património tradicional.

## **2.5. Considerações Finais**

Neste capítulo tentou-se dar a conhecer o sistema fiscal Português e falar dos impostos em particular.

Como já foi referido anteriormente, existem outros impostos. No entanto foram aqui apresentados aqueles com os quais os TOC mais se relacionam no seu dia a dia.

Falou-se também das obrigações fiscais a cumprir pelos sujeitos passivos, ou em sua representação, pelo seu TOC quando os primeiros possuem contabilidade organizada.

Ao nível do IRS é tarefa do TOC apurar o Lucro tributável de período e apresentar a modelo 3 com o anexo C até ao final do quinto mês seguinte ao termo do período do imposto.

Quanto ao IRC é tarefa do TOC apurar o Lucro tributável de período e apresentar a modelo 22 até ao final do quinto mês seguinte ao termo do período do imposto.

Relativamente ao IVA a obrigação do TOC é a entrega da declaração periódica até ao dia 10 ou 15 do segundo mês seguinte ao termo do período do imposto, consoante o seu cliente (seja sujeito a IRS ou IRC) esteja abrangido pelo regime mensal ou trimestral.

Estas e outras obrigações serão abordadas nos capítulos seguintes.



**PARTE II**

**ANÁLISE EMPÍRICA**

---

### A Empresa *ECOCONTA, LDA*

#### 3.1. Enquadramento

Neste capítulo vai ser apresentada a empresa. Começando pela sua história, vai ser feita uma análise funcional e apresentado o seu organograma. Depois de um breve estudo sobre a estrutura dos recursos humanos existentes serão abordados os *Stakeholders* da Empresa.

#### 3.2. Breve Historial da Empresa

#### FICHA DE CARATERIZAÇÃO

**Quadro n.º 4 – Ficha de caracterização**

<b>Nome da Empresa</b>	ECOCONTA- Serviços de Contabilidade e Gestão, Lda.
<b>Morada</b>	Rua do Cemitério, nº7, 6320-359 Sabugal
<b>Telefone</b>	+351 271753617
<b>Fax</b>	+351 271753155
<b>E-mail</b>	lucalages@mail.telepac.pt
<b>Actividade principal</b>	Serviços de contabilidade e gestão CAE: 69200
<b>Natureza jurídica</b>	Sociedade por quotas
<b>Data de constituição</b>	01-01-1986
<b>NIF</b>	501 536 957
<b>Capital social</b>	5.000,00€
<b>N.º de Colaboradores</b>	9

Trata-se de uma sociedade por quotas, situada na região da Beira Alta, mais precisamente na cidade de Sabugal do distrito da Guarda. As quotas da sociedade estão distribuídas da seguinte forma:

**Quadro n.º 5 – Repartição do Capital Social**

<b>Nome</b>	<b>Participação (%)</b>
Luís Miguel Pereira	20
Luis Carlos Carreto Lages	20
António Manuel Pires Silva	20
António Barbara Ramos	40

## **BREVE HISTÓRIA DA EMPRESA**

O Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) surgiu em Portugal como um novo imposto ocasionando novas preocupações e obrigações para os empresários. A grande maioria, principalmente as pequenas e médias empresas e os empresários em nome individual, não tinha preparação para, por si só, apresentar as declarações que se tornaram obrigatórias.

Atentos a estes acontecimentos estavam os sr.s Dr. António Barbara Ramos e Dr. Jaime Roque Nunes Vieira. Ambos licenciados na área da gestão e economia (ambos TOC), que lecionavam na escola secundária do Sabugal.

Embora muito diferentes tiveram a mesma ideia – abrir um escritório para ajudar os empresários a ultrapassar as novas dificuldades cobrando, por esse serviço, uma avença mensal.

Assim surgiu a Ecoconta, Serviços de contabilidade e de gestão do Sabugal, Lda., que abriu as portas, na rua 5 de Outubro da então vila do Sabugal, com uma colaboradora.

Depois de uma abordagem aos comerciantes da vila do Sabugal, iniciaram uma volta pelo concelho, privilegiando a confiança e as relações de amizade. O tipo de aproximação resultou na perfeição. Em pouco mais de um ano os clientes já ultrapassavam a centena.

Com a elevada afluência de clientes, foi necessária a contratação de novos colaboradores e, depressa, as instalações, com quatro salas, se tornaram pequenas, o que obrigou os sócios a procurar um outro lugar para continuar a desenvolver a atividade.

O novo escritório surgiu no largo de S. Tiago, ao lado da Câmara Municipal e muito próximo da repartição de finanças (como era chamada na altura). A carteira de clientes continuou a crescer e a dimensão da empresa também.

Posteriormente, um dos sócios fundadores (Dr. Jaime Roque Nunes Vieira) vendeu as quotas a Luis Lages e a António Silva. Numa segunda fase, entrou o quarto sócio (Luis Pereira que adquiriu parte da participação detida pelo outro sócio fundador), completando-se o actual quadro de sócios de empresa.

Ocorreram algumas alterações até à mudança definitiva para as actuais instalações em 2003.

A carteira de clientes foi crescendo progressivamente desde a fundação da empresa, tendo estabilizado nos últimos anos. Actualmente a ECOCONTA tem 300 clientes. Os clientes são essencialmente pequenas e micro empresas. Existe um pequeno grupo de médias empresas. Para o número tão alargado de clientes contribui um número significativo de clientes individuais.

Ao nível dos recursos humanos, a empresa teve que evoluir desde os seus 3 colaboradores (e sócios) iniciais para fazer face ao crescimento da carteira de clientes. O quadro de pessoal actual comporta 4 TOC. Os restantes processam contabilidade. Procuram sempre distinguir-se pela eficiência e proximidade com os clientes.

Geograficamente os clientes situam-se maioritariamente no Sabugal: 95% Sabugal; alguns mais a Sul, enviam os documentos por mail e por correio em formato papel (físico).






## **MISSÃO**

Especialização em soluções e serviços de apoio à gestão de acordo com as necessidades dos clientes, tanto em nome individual como empresas, respeitando as exigências fiscais e legais.

## **VISÃO**



A ECOCONTA pretende integrar o grupo das empresas líder neste sector, no Distrito da Guarda, em volume de negócios e destacar-se pelo nível da qualidade do serviço, níveis de eficiência e eficácia.

## **VALORES**

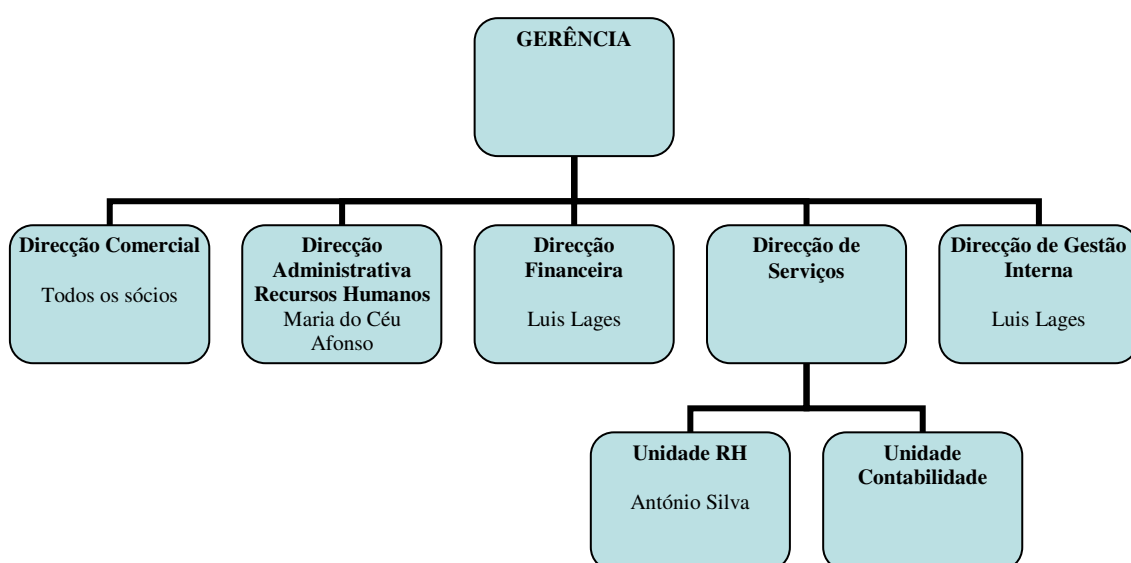
-  Proximidade
-  Fidelização
-  Produtividade, espírito de equipa
-  Dedicção ao cliente
-  Deslocação ao cliente (personalização).

## **ORGANOGRAMA**

Na Ecoconta, Lda. todos os sócios e colaboradores fazem um pouco de tudo. No entanto pode-se dividir a empresa da seguinte forma:

-  Direção Administrativa – que trata dos serviços meramente administrativos e dos recursos humanos.
-  Direção Comercial – Que foca a sua ação na procura de novos clientes e na manutenção da satisfação dos existentes.

- ✚ Direção Financeira – Que trata dos recebimentos, dos pagamentos e da gestão de tesouraria.
- ✚ Direção de Serviços – Onde se trabalha para o cliente na prestação de serviços de gestão, contabilidade e tratamento dos recursos humanos dos clientes.
- ✚ Direção de Gestão Interna – Responsável pela gestão dos recursos humanos, pela logística e pelo funcionamento geral da empresa.



## ANÁLISE FUNCIONAL DA EMPRESA

Podemos sistematizar o funcionamento das áreas da seguinte forma:

**Quadro n.º 6 – Planeamento e controlo de Gestão**

PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO	
Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Situação estável sugere que planeamento é algo de subjacente à realidade dos últimos anos;</li> <li>✚ Atribuição de tarefas (prestação do serviço) bem definido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Ausência de planeamento estratégico e operacional;</li> <li>✚ Ausência de planeamento orçamental;</li> <li>✚ Ausência de planeamento de Marketing;</li> <li>✚ Não existe quantificação de indicadores nem ações de controlo e correcção de desvios.</li> </ul>

**Quadro n.º 7 - Produção**

<b>PRODUÇÃO</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Equipa com elevada disponibilidade;</li> <li>✚ Adequados recursos informáticos e operacionais;</li> <li>✚ Planeamento do fornecimento do serviço facilitado uma vez que é “imposto” por organismos oficiais (ex: Finanças);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Preparação técnica de alguns dos colaboradores (ver quadro Recursos Humanos);</li> </ul>

**Quadro n.º 8 – Marketing e Vendas**

<b>MARKETING E VENDAS</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Imagem e notoriedade construída desde a sua fundação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Análise deficiente dos mercados potenciais;</li> <li>✚ Ausência de plano de marketing e comercial;</li> <li>✚ Recursos comerciais (ou preparação de colaboradores actuais para actividades comerciais);</li> <li>✚ Instrumentos comerciais e de comunicação externa ( brochuras, site internet, ...)</li> </ul>

**Quadro n.º 9 – Sistemas de Informação**

<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Última versão do PSW (dominam bem esta ferramenta);</li> <li>✚ Sistema operativo fiável;</li> <li>✚ Procedimentos de segurança (backups diários);</li> <li>✚ Hardware actualizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Dependência externa.</li> </ul>

**Quadro n.º 10 – Qualidade, Ambiente e SHST**

<b>QUALIDADE, AMBIENTE E SHST</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Grau de satisfação dos clientes elevado (embora não quantificado);</li> <li>✚ Cumprimento de prazos;</li> <li>✚ HST conforme as condições legais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Inexistência de procedimento de controlo de documentos e de registos (incluindo a troca de documentos com os clientes);</li> <li>✚ Procedimentos de tratamento de reclamações e ações de melhoria;</li> <li>✚ Grau de satisfação dos clientes é apenas “estimado”. Não existe metodologia de quantificação;</li> </ul>

**Quadro n.º 11 - Logística**

<b>LOGÍSTICA</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Proximidade com os clientes permite deslocação personalizada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Não identificados.</li> </ul>

**Quadro n.º 12 - Caracterização da estrutura de Recursos Humanos**

Nome do Colaborador	Idade	Antiguidade	Género		Vínculo à empresa		Habilitações				
			M	F	* Interno	* Externo	1.º Ciclo (4.º ano) ou menos	2.º Ciclo (6.º ano)	3.º Ciclo (9.º ano)	Secundário (12.º ano)	Superior
1. Luis Carlos Carreto Lages	45	23	X		X						X
2. Luís Miguel Pereira	44	17	X		X						(1)
3. António Manuel Pires da Silva	44	19	X		X						(1)
4. Amélia Maria Nogueira Janela	46	22		X	X					X	
5. Maria Isabel Inácia Rei Santos	54	22		X	X					X	
6. Maria do Céu R. Pinharanda	51	25		X	X				X		
7. Rosa Maria Martins Laginha	46	24		X	X					X	
8. Sílvia Maria Nogueira Janela	35	15		X	X				X		
9. Tiago Alexandre T. Morgado	30	9	X		X						X
10. Cariana Dias Vicente	31	5		X		X					X
<b>TOTAL</b> (Valor médio/ Valor Total)	<b>42,6</b>	<b>18,1</b>	<b>40%</b>	<b>60%</b>	<b>90%</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>30%</b>	<b>50%</b>

(1)bacharelato

\* Interno – Pessoal pertencente aos Quadros da Empresa, inscritos na Segurança Social  
Externo - Trabalhadores Independentes e estagiários



**Quadro n.º 13 – Recursos Humanos**

<b>RECURSOS HUMANOS</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Espírito de equipa;</li> <li>✚ Empenho face aos objetivos da empresa;</li> <li>✚ Equipa jovem com grande capacidade de adaptar procedimentos face a alterações legais e regulamentares;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Formação técnica de alguns colaboradores;</li> <li>✚ Não dispõe de metodologia para avaliar o desempenho dos colaboradores e diferenciar;</li> <li>✚ As necessidades de formação são determinadas mas não existe um levantamento formal, nem planeamento e registo da formação</li> </ul>

### 3.3. Os Stakeholders da Empresa

#### BREVE DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE, PRODUTOS E SERVIÇOS DA EMPRESA

##### ATIVIDADES DE NEGÓCIO

As atividades desenvolvidas são as seguintes:

**Quadro n.º 14- Atividades de negócio**

Atividades de Negócio	% das Vendas	Situação da actividade			Números de anos de atuação
		Crescimento	Estabilizado	Recessão	
Contabilidade	100%			X	Desde 1986

##### PRODUTOS/ SERVIÇOS

Os produtos e serviços oferecidos são:

**Quadro n.º 15 - Produtos e Serviços**

Produtos/Serviços	% das Vendas	Situação da atividade			Número de anos de atuação
		Crescimento	Estabilizado	Recessão	
Contabilidade	100%			X	Desde 1986

O serviço de contabilidade inclui o tratamento, processamento e cumprimento das obrigações declarativas relativas aos recursos humanos dos clientes.

## **CARATERIZAÇÃO DOS CLIENTES**

- ✚ Os clientes da ECOCONTA são essencialmente pequenas e micro empresas.  
Para além destas tem também alguns clientes de média dimensão.
- ✚ Um cliente do Sector público (empresa municipal)
- ✚ Diversos Individuais colectados

Localização dos clientes: SABUGAL (raio de 25 Km).

Os clientes encontram-se inseridos numa região deprimida, com pouco dinamismo empresarial e poucas empresas novas.

Em poucos casos, também processam a contabilidade nos software das empresas clientes.

## **POLITICA DE MARKETING**

## **MERCADOS**

**Quadro n.º 16 – Análise dos mercados**

Mercado	% das Vendas	Situação do mercado			Número de Anos de atuação
		Crescimento	Estabilizado	Recessão	
Médias empresas	10%				27
Pequenas e micro comércio	35%				27
Pequenas e micro serviços	20%				27
Associações	5%				27
Juntas de freguesia	5%				27
Individuais	25%				27

## **POLÍTICA DE PREÇOS**

Manter uma margem de rentabilidade interessante não “ esmagando” os preços. Aposta na relação qualidade-preço.

## **POLITICA DE PRODUTO / SERVIÇOS**

Qualidade e proximidade (cumprimento prazos, ausência de falhas, ...).

Focalização forte nos de serviços de contabilidade, evitando a dispersão.

## **POLITICA DE COMUNICAÇÃO**

A ECOCONTA não dispõe de qualquer instrumento comercial (brochuras, publicidade).





A ação com maior notoriedade perante o exterior é o apoio das Festas da Cidade (sob a forma de patrocínio) aproveitando-se para divulgar o nome da empresa.

Tem sido feita desde o início uma aposta numa comunicação personalizada, boca a boca, com referenciação de outros clientes.

Não existe um plano de marketing.

## **CARATERIZAÇÃO DOS FORNECEDORES**

Os principais fornecedores situam-se na garantia dos recursos operacionais para que a empresa consiga prestar adequadamente os serviços:

-  Informática (Primavera SW)- Parceiro integrador do Fundão
-  Hardware – a mesma do PSW (Fundão)
-  Material escritório – Covilhã
-  Comunicações.

## **CARATERIZAÇÃO DAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS**

A ECOCONTA aposta numa forte focalização nos serviços de contabilidade. Desta forma, contrariamente ao que faz grande parte da sua concorrência, não oferece um leque muito alargado de serviços e produtos complementares dos serviços nucleares. As exceções são os Serviços de Higiene e Segurança e Medicina no trabalho e também serviços de Formação.

### **3.4. Análise SWOT da Empresa**



## **CARATERIZAÇÃO DA ENVOLVENTE**

### **CONTEXTO SÓCIO- CULTURAL**

A empresa encontra-se solidamente implantada no SABUGAL e localidades limítrofes.

A sua dimensão assume relevância no âmbito das empresas de serviços locais.

As intervenções sócio- culturais podem ser definidas em dois grupos:

-  Presença e patrocínio nas Festas da Cidade.
-  Disponibilidade para acolher estágios curriculares da Escola Secundária (cursos profissionais).

A responsabilidade social da empresa é sentida também ao nível dos postos de trabalho qualificados que cria e mantém numa região deles carenciada.

### **CONTEXTO POLITICO-LEGAL**

Para exercerem a sua função de TOC, os técnicos devem estar inscritos na recentemente criada OTOC- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Assim, a ECOCONTA tem nos seus quadros quatro colocadores inscritos na OTOC. Salienta-se que os responsáveis da ECOCONTA consideram ser desejável que um maior número dos seus colaboradores esteja inscrito na OTOC para aumentar a sua capacidade de prestar serviços.

Ultimamente tem-se verificado uma evolução considerável na legislação, normas e regulamentos aplicáveis aos serviços do sector. Destacamos as alterações: SNC- Sistema de Normalização Contabilística (entrou em vigor em 2010) ; Legislação Laboral; Legislação em matéria de HST e Medicina no Trabalho. Destaca-se ainda as

alterações a ter em conta devido ao orçamento de Estado para 2011 (introduziu alterações ao nível de taxas de vários impostos, prazos de pagamento, sites do Ministério das Finanças, Certificação de programas informáticos, ...).

Já no ano de 2012 surgiram profundas alterações relativas aos sistemas de faturação e de documentos de transporte de bens em circulação.

### **CONTEXTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

Esta é uma empresa de serviços com forte dependência de recursos tecnológicos. De facto, o sector, tem vindo a substituir várias práticas tradicionais por ferramentas informáticas e de comunicações. Estas evoluções permitem, por um lado, uma maior produtividade e, por outro, uma mais eficaz comunicação com os clientes e com as entidades oficiais (entregas de documentação electrónica, pedidos de esclarecimentos, informação fiscal e notificações, ...). Pode-se considerar que a evolução neste sector tem sido praticamente imposta pelo exterior, particularmente pelo Estado e pela própria Ordem dos TOC.

A empresa tem sido capaz de acompanhar cabalmente as necessidades de evolução, dispondo actualmente de soluções perfeitamente adequadas aos desafios que tem enfrentado.

### **CONTEXTO ECÓNOMICO**

O clima empresarial em Portugal é, nos últimos anos, bastante negativo. Existe pouco investimento, empresas com menores resultados e muitas falências/encerramentos. A região de influência da ECOCONTA não se encontra imune a esta realidade.

O principal impacto desta crise na ECOCONTA sente-se ao nível do desaparecimento de alguns clientes e essencialmente ao nível dos preços praticados face aos custos de funcionamento, comprometendo as margens do negócio. Este é o maior desafio para a ECOCONTA. Mais do que captar novos clientes (a sua capacidade de produção está perto do limite) importava conseguir condições para melhorar as margens de

exploração. Tal só deverá ser possível pela via do aumento do valor das avenças, situação dependente da melhoria da situação das empresas suas clientes.

### **CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE SETORIAL:**

A ECOCONTA está enquadrada no sector: **Serviços de Contabilidade e Gestão.**

### **QUANTO AO DINAMISMO DO SECTOR:**

Em expansão

Estabilizado

Em recessão

<b>X</b>

### **QUANTO À INOVAÇÃO NO SECTOR:**

Fortemente inovador

Inovador

Tradicional

Devido ao estado

<b>X</b>

### **QUANTO Á INTENSIDADE CONCORRENCIAL:**

Altamente concorrencial

Concorrência estabilizada

Baixa concorrência

<b>X</b>

## **PRESPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO DO SECTOR**

Em relação a este **sector**, é importante salientar (dados do INE, relativos a 2008):

- ✚ A existência de uma elevada concentração no ramo de actividade da Contabilidade: das 42.245 unidades que constituíram o total de empresas do sector, a Contabilidade, Auditoria e Consultoria representou 45,3% do total;
- ✚ As empresas com menos de 10 pessoas ao serviço representaram 93,9% do conjunto de unidades observadas, relevando uma estrutura empresarial sustentada por micro empresas.

A **área de actividade** em que a ECOCONTA se insere apresenta algumas especificidades interessantes, destacando-se expressivamente das restantes constituintes do sector (dados do INE, relativos a 2011):

- ✚ Apresentou cerca de 92.143 pessoas ao serviço (27,1% do total);
- ✚ No âmbito dos Serviços Prestados às Empresas, a “Contabilidade, auditoria e consultoria” foi a área com maior investimento em horas de formação ao longo do período 2008 a 2011 (1 777 mil horas em 2011). No entanto, registou um decréscimo de -29,3% face a 2008.
- ✚ 28,8% do total da prestação de serviços foram gerados por esta área;
- ✚ A área da Contabilidade, Auditoria e Consultoria tinha, neste ano, 40.615 empresas a operar em território nacional, gerando uma prestação de serviços de aproximadamente 3.947 milhões de euros.

**Quadro n.º 17 - Principais indicadores económicos segundo a actividade principal da empresa**

2011

Setor de atividade económica (CAE Rev. 3)	Principais Indicadores económicos					
	Empresas		Pessoal ao serviço		Prestação de serviços	
	Sociedades	Empresas individuais	Sociedades	Empresas individuais	Sociedades	Empresas individuais
	Nº				10³ €	
<b>Total</b>	<b>34 061</b>	<b>80 061</b>	<b>256 171</b>	<b>83 273</b>	<b>12 375 930</b>	<b>1 322 119</b>
Informática	4 922	4 740	41 739	4 766	2 928 764	68 028
Atividades jurídicas	1 120	25 299	3 769	27 263	519 863	610 255
<b>Contabilidade, auditoria e consultoria</b>	<b>16 673</b>	<b>23 942</b>	<b>67 254</b>	<b>24 889</b>	<b>3 594 014</b>	<b>353 298</b>
Arquitetura e engenharia	7 476	23 941	31 823	24 131	1 953 175	256 524
Ensaio e análises técnicas	543	327	4 616	338	293 709	4 269
Publicidade	2 684	1 614	10 699	1 679	1 700 059	26 536
Estudos de mercado e sondagens de opinião	179	161	1 159	163	86 633	2 296
Atividades de emprego	464	37	95 112	44	1 299 713	913

Fonte: INE, IP - Inquérito aos Serviços Prestados às Empresas

## CARACTERIZAÇÃO DA ENVOLVENTE CONCORRENCIAL

### NÚMERO DE ESTABELICIMENTOS CONCORRENTES E SUA PROXIMIDADE

- ✚ Os concorrentes são do Sabugal e de Soito.
- ✚ São 8 os principais concorrentes.
- ✚ Um dos concorrentes apresenta uma dimensão comparável à ECOCONTA (localizado no Soito). Os restantes mais pequenos.
- ✚ Os concorrentes captam o mesmo tipo de clientes (pequenas e micro empresas).



## **EVOLUÇÃO DESSA CONCORRÊNCIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

- ✚ Verificou-se um incremento considerável da concorrência nos últimos 5 anos. Nesse período surgiram 3 dos 8 actuais concorrentes (incremento de + 60%).
- ✚ Como o mercado não expandiu, verificou-se uma maior fragmentação do mercado.

## **CRÍTICAS APRECIATIVAS GERAIS SOBRE A CONCORRÊNCIA**

De uma forma geral, os concorrentes praticam preços mais baixos (procuram captar os clientes da ECOCONTA com esse argumento).

Apresentam serviços semelhantes. Alguns apostam mais nas parcerias (nomeadamente Seguros e outros produtos, medicina trabalho, formação). No entanto, a percepção é que essas empresas dispersam, não garantindo um nível de serviço adequado nessas áreas todas.

## **SITUAÇÃO DA EMPRESA COMPARATIVAMENTE COM CONCORRÊNCIA**

Existem muitas empresas que operam na mesma área de intervenção da ECOCONTA no concelho do Sabugal.

A maioria são pequenos gabinetes, mas existem alguns concorrentes bem implantados e alguns até com um número de clientes similar.

Escolheram-se os principais concorrentes para uma análise comparativa e para melhor se perceber a posição da empresa no mercado. Os dois primeiros são os principais concorrentes e os que possuem clientes e recursos humanos similares.

**Quadro n.º 18 – Análise da concorrência**

Factores \ Concorrentes	SEFISCONTA	VASCO & GODINHO	ECOTOC	GAMA PROJECTOS
Preço	0	--	--	--
Disponibilidade do produto	0	++	++	0
Qualidade	0	+++	++	0
Reputação e Imagem	+	++	++	++
Assistência técnica e apoio ao cliente	0	++	0	0
Condições de Crédito	s.d.	s.d.	++	s.d.
Força de Vendas	--	0	--	--
Condições comerciais	0	--	--	--
Quota de Mercado	0	0	++	++
Notoriedade	+	+++	++	++
Tecnologia	0	0	0	0
Capacidade Financeira	0	0	++	0

**Legenda:** --- Situação da empresa face ao Concorrente muito desfavorável  
 -- Situação da empresa face ao Concorrente desfavorável  
 0 Situação da empresa face ao concorrente similar  
 ++ Situação da empresa face ao concorrente favorável  
 +++ Situação da empresa face ao Concorrente muito favorável  
 s.d. Sem dados

Como se pode constatar, na maior parte dos parâmetros a ECOCONTA ocupa uma posição vantajosa face à sua concorrência.

A maior desvantagem situa-se ao nível comercial. De facto, a empresa é menos competitiva em matéria de preços e tem uma postura menos activa quanto á captação de novos clientes. Isto traduz-se numa atitude comercial menos agressiva, fruto da reputação e notoriedade que a empresa conquistou ao longo dos anos.

## ANÁLISE SWOT

**Quadro n.º 19 – Análise Swot**

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Domínio das ferramentas informáticas;</li> <li>✚ Espírito de equipa;</li> <li>✚ Relação com os clientes;</li> <li>✚ Equipa ainda jovem e com capacidade de adaptação a novas exigências;</li> <li>✚ Adequação do sistema de informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Formação técnica de alguns colaboradores;</li> <li>✚ Informação de gestão insuficiente, dificultando processos de decisão.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ As frequentes alterações ao nível da Legislação fiscal e laboral podem fazer a ECOCONTA diferenciar-se da concorrência, especialmente a mais envelhecida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Interioridade e diminuição do número de potenciais clientes;</li> <li>✚ Retração económica ( capacidade financeira dos actuais clientes) não permite acrescentar valor aos serviços nem rever o valor das avenças;</li> <li>✚ Concorrência aumenta (+60% em 5 anos) e mais agressiva ao nível dos preços.</li> </ul>

### 3.5. Considerações Finais

A ECOCONTA é uma empresa perfeitamente consolidada na região do Sabugal. Os serviços que oferece não apresentam características marcadamente inovadoras (essencialmente contabilidade) e encontram-se fortemente regulamentados. Desta forma a empresa encontra-se mais exposta à concorrência, a qual pode oferecer serviços com conteúdos semelhantes e ao mesmo tempo apostar em preços mais competitivos.

Assim, o principal desafio da ECOCONTA é fazer valer a notoriedade conseguida ao longo dos anos de existência e diferenciar-se da concorrência pela qualidade dos serviços e pela competência técnica dos seus colaboradores.

A produtividade, eficácia e eficiência devem ser fortes preocupações da ECOCONTA.

A capacidade de comunicar com o mercado é um desafio para a ECOCONTA.

### A Atividade Profissional Desenvolvida

#### 4.1. ENQUADRAMENTO

Neste capítulo vai ser apresentada a forma como ingressei na empresa. Seguidamente será feito um estudo da situação económica da empresa passando depois à apresentação mais pormenorizada da atividade desenvolvida.

Por fim serão apresentadas algumas propostas de alteração na gestão da empresa, mais especificamente na área de marketing.

#### 4.2. BREVE HISTORIAL

Ingressei na ECOCONTA no ano de 1990, tinha a empresa 4 anos de existência. As minhas habilitações académicas eram o 12.<sup>a</sup> ano de escolaridade. Os sócios da altura, meus antigos professores no secundário, convidaram-me para ir trabalhar para a sua empresa. Fiquei muito satisfeito com a consideração e confiança de ambos e troquei a Caixa de Crédito Agrícola do Sabugal (onde trabalhava na altura) pela ECOCONTA.

Primordialmente, as minhas actividades profissionais tiveram como objetivo o controlo de tesouraria e a execução de contabilidades não organizadas.

Não me sentia satisfeito, as minhas habilitações não me permitiam progredir na empresa, e decidi continuar os meus estudos. Concorri ao ensino superior tendo entrado no IPG no curso de Gestão Informática. Continuei a trabalhar e adquiri parte da quota a um dos sócios. A situação de sócio trouxe mais responsabilidade e mais vontade de adquirir mais competências.

Após ter concluído o Bacharelato pedi a inscrição na CTOC (a atual OTOC) e concorri (novamente no IPG) ao curso de licenciatura em Gestão. A minha atividade profissional

não me deixava tempo livre para frequentar as aulas e acompanhar as matérias, mas consegui terminar a licenciatura com média de 14 valores.

Agora sentia-me mais capacitado para gerir a empresa e para realizar as tarefas próprias da profissão de TOC. Mas antes de se falar nessas tarefas vai ser apresentada a situação financeira da empresa.

### 4.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA

Evolução de indicadores de actividade, económica e financeiros:

**Quadro n.º 20 – Indicadores**

<b>Indicadores</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>N.º de Trabalhadores</b>	9	9	9	9	9
<b>Volume de negócios</b>	250.192	244.864	253.903	221.869	220.571
<b>Passivo</b>	80.648	116.020	84.781	69.186	54.224
<b>Activo</b>	141.062	171.308	162.967	103.371	85.502
<b>Capital Próprio</b>	60.414	55.288	78.186	34.185	31.278
<b>Rendibilidade líquida das Vendas</b> (Resultado líquido/ Vendas)	18,16%	16,57%	24,99%	8,76%	7,50%
<b>Rendibilidade Líquida do Capital Próprio</b> (Resultado líquido/ capital Próprio)	75,19%	73,38%	81,14%	56,88%	52,87%
<b>Rendibilidade Líquida do Activo</b> (Resultado/ Activo)	32,20%	23,68%	38,93%	18,81%	19,34%
<b>EBITA</b> (Resultado Operacional+ Amortizações+ Provisões)	66.576,34	57.618,17	77.256,16	31.680,21	24.698,57
<b>Autonomia Financeira</b> (Capital Próprio/Activo)	42,83%	32,27%	47,98%	33,07%	36,58%
<b>Solvabilidade</b> (passivo/Capital Próprio)	133,49%	209,85%	108,44%	202,39%	173,36%
<b>Liquidez</b> (Activo/Passivo)	174,91%	147,65%	192,22%	149,41%	157,68%

A situação económica e financeira da empresa é bastante positiva, não apresentando qualquer risco para a sua sobrevivência e necessidades expectáveis.

O volume de negócios tem-se mantido estável, resultado da pequena variação no n.º de clientes e no valor das avenças.

Os custos do pessoal são elevados em relação ao volume de vendas. Este factor limita as margens (preços poravença); não há margem para aumentar custos operacionais nem para diminuir o valor das avenças (poderia tornar a empresa mais competitiva).

A Rendibilidade Líquida das Vendas tem-se mantido nos últimos 3 anos num nível interessante, sendo atractiva para os sócios.

#### **Quadro n.º 21 – Análise da situação económica e financeira**

<b>SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Rácios financeiros atractivos, facilitando o relacionamento com a banca;</li><li>✚ Condições de pagamento (PP) tanto nas compras como nas prestações de serviços, facilitam a gestão de tesouraria.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Custos com pessoal limitam as margens;</li></ul>

Vai passar-se agora para a descrição das tarefas que desempenho na ECOCONTA.

#### **4.4. RECEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS:**

Depois de recepcionados os documentos, são tratados e seguidamente arquivados. Aquando do seu arquivamento os documentos são separados por datas e por natureza, de modo a serem arquivados por mês e por diário.

A separação dos documentos é feita com bastante rigor, pois é necessário ter em atenção as características dos documentos. O documento deverá referir expressamente o seu tipo, isto é, se é factura, recibo, fatura-recibo ou outro, deverá conter o nome e o número de contribuinte do sujeito passivo a quem o serviço foi prestado ou a quem o bem foi

vendido, e o seu valor assim como a taxa de Imposto sobre o Valor Acrescentado aplicada.

Todos os documentos até ao final de 2009 eram classificados de acordo com o quadro de contas do Plano Oficial de Contabilidade (POC). A partir do ano de 2010 passaram a ser classificados de acordo com o quadro de contas do sistema de normalização contabilística (SNC).

A classificação dos documentos requer a maior atenção relativamente às características da informação financeira, aos princípios contabilísticos e aos critérios de valorimetria, pois estes são os alicerces para uma boa classificação.

Depois de efectuada a sua classificação são efectuados os lançamentos no programa de contabilidade, sendo utilizado o programa “Primavera”. A cada documento é atribuído automaticamente um número interno, e este número é transcrito para o documento, para desta forma ser mais fácil encontrá-lo no caso de ser necessário.

Em qualquer tipo de lançamento tem que se preencher sempre dados obrigatórios - o número do diário, o tipo de operação, o tipo de documento, o número do documento e a data.

Depois de terem sido lançados todos os documentos do mês, imprime-se o Diário.

#### **4.5. PRÁTICAS DE CONTROLO INTERNO:**

As práticas de controlo interno divergem de empresa para empresa, principalmente entre uma grande empresa e uma pequena ou média empresa. Quanto maior a empresa e mais complexas as actividades, maior deve ser a preocupação em ter um bom sistema de controlo interno e assim mais sofisticadas devem ser as práticas de controlo interno.

Claro que num gabinete de contabilidade não se pode efectuar o mesmo controlo interno que deverá ser efectuado nas próprias empresas. Assim, de entre as muitas práticas de



controlo interno existentes, passa-se a enumerar as práticas mais utilizadas neste gabinete de contabilidade:

- ✚ Verificar se as facturas ou documentos equivalentes estão de acordo com os requisitos legais, nomeadamente com o art. 35º do CIVA;
- ✚ Verificar se o imobilizado adquirido está de acordo com a actividade exercida pelo cliente e preencher as fichas de imobilizado de acordo com o art. 51º do CIVA;
- ✚ Consultar o cliente sobre os meios de pagamento utilizados e alertá-lo para efectuar os pagamentos através do banco (cheques, transferências bancárias, Multibanco, etc.), utilizando dinheiro apenas para pequenas despesas;
- ✚ Solicitar mensalmente os extractos bancários;
- ✚ Verificar se os pagamentos estão de acordo com o documento de suporte;
- ✚ Proceder, mensalmente, à reconciliação bancária;
- ✚ Verificação mensal ou trimestral dos saldos das principais contas, tais como clientes, fornecedores, estado e outros entes públicos, caixa, bancos, entre outras.

#### **4.6. ENCERRAMENTO DE CONTAS E “DOSSIER FISCAL”:**

Para que seja possível apurar os resultados, preparar e relatar as demonstrações financeiras é necessário proceder ao encerramento das contas.

Depois de registadas todas as operações no diário, prepara-se o balancete de verificação. O balancete é preparado mensalmente, mas para o encerramento de contas a referência é o balancete do mês de Dezembro. Através do balancete de verificação efectuem-se eventuais lançamentos de regularização. Este procedimento envolve uma análise das contas e dos documentos de suporte para verificar se são necessários lançamentos para ajustar os saldos, para se obter uma imagem verdadeira e apropriada. Para que seja possível controlar os saldos das contas do balancete é necessário proceder à inventariação dos elementos activos e passivos.

Depois de elaborado o balancete, de efectuadas as correcções necessárias e apurados os resultados, é necessário elaborar o balanço, a demonstração de resultados e os respectivos anexos. Normalmente, o primeiro mapa a ser preparado é a demonstração de resultados, encontrando-se os dados no balancete rectificado antes do apuramento de resultados.

O balanço evidencia a relação entre o activo, o passivo e o capital próprio. O anexo ao balanço e demonstração de resultados faz parte destes mapas e permite apresentar a informação financeira de forma mais completa. As empresas que facultam os dados em relação ao seu saldo de caixa elaboram também a demonstração dos fluxos de caixa.

No que diz respeito ao dossier fiscal é mantido em boa ordem e nele constam os seguintes documentos:

- ✚ As demonstrações financeiras;
- ✚ Os balancetes analíticos e sintéticos elaborados mensalmente e os que são elaborados no processo de encerramento de contas;
- ✚ Documentos comprovativos de retenções efectuadas;
- ✚ Documentos comprovativos da entrega do IVA;
- ✚ Documentos comprovativos de PC e PEC;
- ✚ Mapa do apuramento do lucro tributável;
- ✚ Mapa das mais ou menos valias fiscais;
- ✚ Mapa das reintegrações e amortizações contabilizadas;
- ✚ Mapa do movimento de provisões;
- ✚ Contratos e escrituras;
- ✚ Relatório de gestão;
- ✚ Acta de aprovação de contas;
- ✚ Outros documentos legalmente exigíveis.

#### **4.7. PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS PARA RELATÓRIOS E ANÁLISE DE GESTÃO:**

Deve-se elaborar e apresentar aos membros da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e os restantes documentos de prestação de contas. O relatório de gestão deve conter uma exposição da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade. Assim, o relatório deve indicar, especialmente:

- ✚ A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu a sua actividade, nomeadamente condições de mercado, investimentos, gastos, ganhos e actividades de investigação e desenvolvimento;
- ✚ Factos relevantes ocorridos após o fim do exercício, ou seja, os acontecimentos subsequentes;
- ✚ Evolução previsível da sociedade;
- ✚ O número e o valor nominal das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o exercício, os motivos desses actos e o respectivo preço, bem como o número e valor das quotas ou ações próprias detidas no fim do exercício;
- ✚ As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do artigo 397º do CSC;
- ✚ Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;
- ✚ A existência de sucursais da sociedade;
- ✚ Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros.

A análise financeira é um processo baseado num conjunto de técnicas que tem por objetivo avaliar e interpretar a situação económico-financeira da empresa centrando-se em torno de questões fundamentais como o equilíbrio financeiro, a rentabilidade dos capitais, o crescimento, o risco e o valor criado pela gestão. A análise financeira é fundamental para os interessados numa boa gestão da empresa. Cada interessado tem objetivos diferentes, o que faz com que cada um faça uma análise financeira de acordo com os seus objetivos.

Mesmo sendo diversos os objetivos da análise financeira, todos os interessados utilizam um conjunto de técnicas que se baseiam fundamentalmente no balanço, na

demonstração de resultados líquidos e na demonstração dos fluxos de caixa. Como estes documentos são de natureza contabilística não respondem totalmente às exigências da análise financeira. É, por isso, frequente recorrer à utilização de rácios que permitam conhecer melhor a estrutura económico-financeira da empresa. Podem calcular-se vários rácios, mas a sua utilização depende dos objetivos da análise, entre os quais, a natureza dos fenómenos que pretende medir, que fontes de informação se vão utilizar.

#### **4.8. CONTATOS LIGADOS À PROFISSÃO DE TOC:**

O meu exercício da profissão de TOC, não passa apenas pelo trabalho no gabinete, pois é necessário o contacto com o exterior, ou seja, além do cliente é necessário contactar com diversas entidades para resolver questões ligadas às empresas, tais como com a Segurança Social, as Finanças, a Conservatória, o Notário, os bancos, IEFP, os correios ou outras entidades com que o cliente tenha ligação.

É necessário proceder ao contacto com estas entidades pois além das relações estabelecidas mensalmente e/ou trimestralmente, podem ser solicitadas informações tanto da parte das entidades, como por exemplo as demonstrações financeiras pedidas pelo banco. Assim como a empresa/cliente pode necessitar de recolher informação nas Finanças ou noutras entidades.

O TOC acaba por ser a ponte, o meio de comunicação, entre as empresas e as entidades oficiais com que se relaciona.

#### **4.9. CONTROLO DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES:**

Como já foi referido ao longo deste trabalho, a ECOCONTA tem como ponto forte a satisfação de clientes, embora esse nível nunca tenha sido verificado. Assim propõem-se a implementação de um sistema de controlo de satisfação de clientes como a seguir se apresenta:

## INQUÉRITO PROPOSTO

### Figura n.º 3 – Inquérito de Satisfação

#### Identificação do Cliente:

Responsável pela resposta:

Assinatura:

O intuito desta pesquisa é avaliarmos o grau de satisfação dos nossos clientes. Tem a opção de fazer esta avaliação sem se identificar.

[Desde já a ECOCONTA agradece sua preferência.](#)

#### Escala de Avaliação

**1 – Fraco** (<50%) / **2 – Médio** (50% a 75%) / **3 – Bom** (76% a 90%) / **4 – Muito Bom** (91% a 95%) / **5 – Excelente** (96% - 100%)

#### Avaliação global do serviço da ECOCONTA

Características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da organização

Cumprimento de Prazos

Periodicidade das visitas

Informação fornecida (fiscal, legal, outra ...). É útil, completa, atempada

Meios tecnológicos colocados à disposição do cliente

Capacidade para resolução de situações esporádicas (não planeadas no serviço)

Atendimento do Administrativo

Considera que voltará a solicitar os nossos Serviços

Recomendaria a ECOCONTA a um amigo.

#### Avaliação da equipa da ECOCONTA

Atendimento dos técnicos

A equipa disponibilizada correspondeu às expectativas

A equipa estabeleceu contactos pessoais, de forma assertiva, procurando satisfazer as necessidades do cliente

A equipa demonstrou interesse, entusiasmo e determinação na execução do Serviço

A equipa demonstrou disponibilidade para trabalho de grupo, contribuindo para a qualidade da execução do Serviço

Os técnicos realizaram os serviços solicitados de forma precisa e criteriosa, atendendo aos padrões de qualidade esperados

Considera que os Técnicos possuem formação necessária para a execução do serviço

Ficou satisfeito com o atendimento recebido

Esse espaço é livre para descrever o que falta para conseguirmos a sua TOTAL SATISFAÇÃO em todos os itens acima referenciados e também para apresentar críticas, elogios e sugestões:

---

---

---

---

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ANEXO (para avaliação de desempenho)

### Avaliação global do serviço da ECOCONTA:

$\Sigma(\text{Avaliação global do serviço da ECOCONTA}) / 8 = \_\_\_\_ * 20 = \_\_\_\_\_\_\_\_ \% (\text{Avaliação Quantitativa})$

Avaliação Qualitativa: \_\_\_\_\_

### Avaliação da equipa da ECOCONTA:

$\Sigma(\text{Avaliação da equipa da ECOCONTA}) / 8 = \_\_\_\_ * 20 = \_\_\_\_\_\_\_\_ \% (\text{Avaliação Quantitativa})$

Avaliação Qualitativa: \_\_\_\_\_

Instruções de análise:

#### **Média a partir de 96% – Excelente.**

A equipa avaliada supera o esperado. É reconhecida por todos os clientes com destaque. Excede claramente o modelo de comportamentos definido para as competências analisadas, destacando-se, por um desempenho especialmente relevante, contribuindo significativamente para a melhoria do serviço.

#### **Entre 91% e 95% – Muito Bom.**

Na maioria das vezes a equipa supera o esperado. Supera o modelo de comportamentos definido para as competências analisadas, revelando grande qualidade de desempenho e uma actuação activa, contribuindo para a qualidade do serviço.

#### **Entre 76% e 90% – Bom.**

Em geral, a equipa alcança os objectivos, contribuindo para os resultados da empresa. Enquadra-se no modelo de comportamentos definido para as competências analisadas, revelando capacidade de desempenho e actuando de forma positiva, contribuindo assim para a qualidade do serviço.

#### **Entre 50% e 75% – Médio.**

Em geral, a equipa contribui de forma parcial para os objectivos da organização. Necessita de desenvolvimento. Não atinge o modelo de comportamentos definido para as competências analisadas, actuando de modo irregular e variável, revelando algumas dificuldades de desempenho.

#### **Até 50% – Fraco.**

Na maioria das vezes, a equipa, contribui pouco para os resultados da empresa. Está claramente abaixo do modelo de comportamentos definido para as competências analisadas, evidenciando deficiências graves de desempenho e revelando comportamentos desadequados às funções exercidas pelos elementos da equipa.

## PROCEDIMENTO DA AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO E DO DESEMPENHO

### Inquéritos escritos



#### Critérios de amostragem

Estes inquéritos são realizados anualmente, aos seguintes clientes: **empresas de média e grande dimensão; associações; empresas municipais; juntas de freguesia.**

O responsável da Qualidade, com apoio administrativo, envia o inquérito (Mod.01), a todos os clientes seleccionados (preferencialmente durante mês de Outubro).

#### Recolha, tratamento e ações previstas

É feito o tratamento dos inquéritos recepcionados nesse período, efectuando-se a avaliação das médias por item. Os resultados e análise são apresentados num Relatório que apresenta os valores numa perspectiva evolutiva.

Decisões que são tomadas em função dos resultados são documentadas no Relatório. Estas decisões podem dar origem à abertura de Não Conformidades e/ou de Ações de Melhoria.

### Inquéritos telefónicos



#### Critérios de amostragem

Estes inquéritos são realizados aos seguintes clientes: empresas de pequena dimensão; particulares.

Após o serviço (no máximo 1 semana após), um operador da ECOCONTA contacta os clientes para lhes colocar as questões do Mod.02.

- ✚ Pequenas empresas – 1 semana após fecho de contas anual;
- ✚ Particulares – 1 semana após entrega declaração IRS.

Para prevenir erros no contacto com os clientes, sempre que possível devem ser obtidas as listagens dos serviços prestados directamente a partir do Sistema Informático onde todas as operações são registadas.

#### Recolha, tratamento e ações previstas

As respostas obtidas são registadas directamente no Mod.02 pelo operador. As respostas obtidas são analisadas no sentido de se decidir por qualquer Não Conformidade ou Ação de Melhoria, à semelhança do previsto para os inquéritos escritos.

### ANEXO

#### Actualizações

Edição anterior	Alteração efectuada



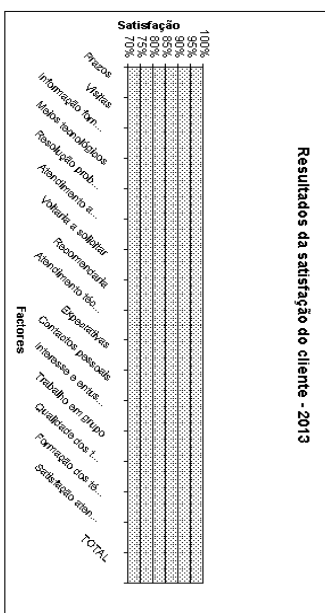
**ECOCOONTA**

**RESULTADO DOS INQUÉRITOS - 2013**

CLIENTES	MÊS																													Média	%	%	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29				
SERVIÇO	Prazos																														0,00	0%	0%
	Visitas																														0,00	0%	
	Informação tomada																														0,00	0%	
	Métodos tecnológicos																														0,00	0%	
	Métodos tecnológicos																														0,00	0%	
	Resolução de problemas																														0,00	0%	
	Atendimento ao cliente																														0,00	0%	
	Voluntária a solidária																														0,00	0%	
	Recomendação																														0,00	0%	
	Atendimento técnicos																														0,00	0%	
EQUIPA	Expedientes																														0,00	0%	0%
	Contatos pessoais																														0,00	0%	
	Interesse e entusiasmo																														0,00	0%	
	Trabalho em grupo																														0,00	0%	
	Qualidade dos técnicos																														0,00	0%	
	Formação dos técnicos																														0,00	0%	
TOTAL	Formação atendimento																													0,00	0%		
TOTAL GERAL		0,00																															

período anterior	variável
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1
REF1	REF1

### Resultados da satisfação do cliente - 2013



## ANÁLISE DO INQUÉRITO

20-03-2013 00:00  
Resp. da Qualidade

Luis Lages

Don't at any times

### Observações

*eschers de roubrin*



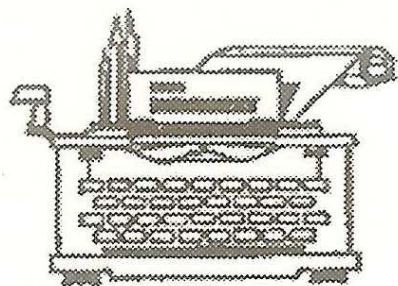
#### **4.10 ALTERAÇÃO DA IMAGEM DA EMPRESA:**

O Logótipo da empresa é o mesmo desde a sua fundação. Por isso, propõem-se um logótipo mais moderno para dar ao mercado uma imagem mais moderna da empresa. Essa alteração pode chamar novos clientes e dar uma imagem de renovação e adaptação aos clientes existentes.

#### **LOGOTIPO ATUAL**

A ECOCONTA adotou o atual logótipo desde a sua criação.

**Figura n.º 5 – Logótipo atual**



Uma máquina de escrever, papel e canetas. Eram as principais ferramentas de um “guarda-livros” na altura da criação da empresa. No entanto depressa a máquina de escrever foi substituída pelo computador, que embora tivesse o triplo do tamanho e fosse muito pesado (ainda me lembro do primeiro aparelho) era muito mais eficaz e eficiente que a máquina de escrever.

Depois vieram os 2.2, os 3.3 os pentiums etc... e a máquina de escrever ficou na estante, com um pano em cima para não apanhar muito pó (nunca se sabe, ainda pode vir a ser precisa...).

Hoje, por mero saudosismo mantemos o mesmo logótipo, que traduz para fora, penso eu, uma imagem de uma empresa que ficou parada no tempo, que não evolui e que não se adapta aos novos mercados.

## ALTERAÇÃO PROPOSTA:

Figura n.º 6 – Proposta para papel timbrado

**ECOCONTA**  
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E GESTÃO

RUA DO CEMITÉRIO, Nº7 AP. 3B  
8204 - 004 OBRIGADA

T 271783 817  
F 271 783 188  
mail: ecoconta.gestao@mail.telepac.pt

contribuinte: 501 538 857

**Figura n.º 7 – Proposta para cartão de visita**



#### **4.11. Considerações Finais**

Foi, ao longo do presente capítulo, apresentada a minha atividade profissional na ECOCONTA, empresa de que, como referido anteriormente, sou sócio.

Além das tarefas próprias de um TOC, também desempenho funções de Gestão de Tesouraria, de controlo financeiro e de Gestão Geral dos Recursos.

As muitas tarefas que um TOC tem para realizar pouco tempo nos deixam para nos dedicarmos a tarefas de marketing. Assim, neste trabalho, pretendi dedicar também um pouco de tempo a este aspeto, apresentando aqui algumas propostas de alteração no que toca à avaliação de desempenho, satisfação de clientes e imagem da empresa.

Espero que os restantes sócios concordem com as alterações agora propostas.

## **CONCLUSÕES**

No primeiro capítulo foi apresentada a evolução da contabilidade no nosso país e, podemos concluir, que a contabilidade ganha cada vez mais importância para as empresas, no que respeita à tomada de decisões para a gestão, para os observadores externos quer nacionais quer internacionais e para o estado.

Este aumento de notoriedade dignifica cada vez mais a profissão de TOC, mas ao mesmo tempo aumenta a responsabilidade dos profissionais que trabalham nesta área.

No segundo capítulo foi apresentado, de forma muito sucinta, o sistema fiscal de Portugal. Assim podemos perceber melhor o trabalho dos TOC na elaboração da informação financeira e os passos que se têm de efetuar para chegar ao resultado fiscal a partir do resultado contabilístico. O SNC preocupa-se mais com a apresentação das DF em termos contabilísticos, tendo assim o TOC de transformar o resultado obtido em resultado fiscal para se chegar ao imposto a entregar.

Foi também apresentado o imposto sobre o consumo com que os TOC mais se preocupam, o IVA. Este imposto obriga à contabilização atempada dos documentos para a entrega das declarações periódicas dentro dos prazos.

Seguidamente passou-se à análise da empresa em que desenvolvo a minha atividade profissional. Depois de uma breve história tentou-se enquadrar o nosso estudo na viabilidade económica e financeira da empresa e na análise da concorrência.

Conclui-se que a empresa goza de saúde financeira e que está bem implantada no mercado.





Por último falou-se sobre as atividades desenvolvidas e apresentaram-se algumas propostas de alteração no que respeita à manutenção e melhoria de imagem da empresa no mercado.

Como foi referido, sendo eu, além de trabalhador, sócio da empresa, além das tarefas próprias de TOC desenvolvo também tarefas de gestão de tesouraria e de gestão corrente.

### **Conclusão global**

A ECOCONTA opera nas áreas de contabilidade e consultadoria, é uma empresa com boa imagem no mercado em que se insere e tenta oferecer um trabalho eficaz e eficiente tentando cumprir com as normas contabilísticas e fiscais Portuguesas.

Devido à atual conjuntura económica e financeira, a empresa deve modernizar-se e melhorar a sua imagem. Contudo registaram-se as seguintes dificuldades:

-  rotinas muito antigas e pouca abertura à mudança;
-  aplicação prática dos processos, impressos e formulários;
-  exigências legais;
-  cumprimento de prazos.

### **Recomendações**

Recomenda-se uma maior abertura à mudança para que a empresa não fique parada no tempo.

Sendo a boa imagem e a fidelização dos clientes as suas maiores armas, deve a empresa adotar medidas de controlo de satisfação dos clientes e, ao mesmo tempo, controlar o desempenho individual e geral dos colaboradores.

### **Linhas de investigação futura**

Com as recentes alterações ao nível da agricultura, dos sistemas de faturação e dos bens em circulação a ECOCONTA deve focar a sua investigação nestas áreas para manter os colaboradores e os clientes bem informados. Só assim poderá continuar a oferecer um bom serviço.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## Referências Bibliográficas

---

AMORIM, J. L. (1968); *Digressão através do vetusto mundo da contabilidade*, Livraria AVIS, Porto, Portugal.

BENTO, M. (2005); *Plano Oficial de Contabilidade Explicado*”, 27.<sup>a</sup> Edição, Porto Editora, Porto.

BORGES, A.; RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R.; *Elementos de Contabilidade Geral*, 23<sup>a</sup> Ed., Lisboa, Áreas Editora, 2003

BRAZ MACHADO, J. R. (1998); *Contabilidade Financeira. Da perspectiva da Determinação dos Resultados*, Edição da ProTOContas, Lisboa.

CARVALHO, A. J. (1984); “A contabilidade no passado e no presente – suas relações com a fiscalidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, n.º 192, Vol. XLVIII, Outubro.

CÓDIGO COMERCIAL e Legislação Complementar, coordenação e notas de F. CARVALHO COSTA (1999), 10.<sup>a</sup> Edição, Editora Rei dos Livros, Lisboa.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, VII REVISÃO CONSTITUCIONAL (2005), [Http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents).

CRAVO, DOMINGOS (2010), Entrevista publicada na revista TOC n.º 119 de Fevereiro de 2010, páginas 6 a 13.

CUNHA GUIMARÃES, J. (2005); “Cimourdain de Oliveira – Sua contribuição para a Contabilidade e a Fiscalidade”, *Revista Electrónica INFOCONTAB*, n.º 1, Julho.

CUNHA GUIMARÃES, J. (2009); “A contabilidade e suas interdisciplinaridades“ 2 – Direito Fiscal/Fiscalidade””; *Revista Electrónica INFOCONTAB*, n.º 44, Junho.

CUNHA GUIMARÃES, J. (2009); “Os quatro pilares da Revolução Contabilística “ do SNC”, *Revista Electrónica INFOCONTAB*, n.º 47, Novembro.

COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA; [www.cnc.min-financas.pt](http://www.cnc.min-financas.pt)

FERNANDES FERREIRA, R. (1997); “Busca de conciliação entre Direito da Contabilidade e direito da Fiscalidade”, in *Gestão, Contabilidade e Fiscalidade*, Editorial Notícias, Lisboa.

FERNANDES FERREIRA, R. (2002);”Homenagem aos Professores Caetano Léglise da Cruz Vidal e Camilo Cimourdain de Oliveira”, in *Encruzilhadas*, Edição CTOC, Lisboa.

FERNANDES FERREIRA, R. (2002);”Conciliar contabilidade e fiscalidade”, *Revista TOC*, n.º 32, Novembro.

FERNANDES FERREIRA, R. (2003); *Fiscalidade e Contabilidade, Estudos críticos, Diagnósticos, Tendências*, Editorial Notícias, Lisboa.

FERNANDES FERREIRA, R. (2004); “Contabilidade e fiscalidade – articulações”, *Revista TOC*, n.º 54, Setembro.

FERNANDES FERREIRA, R. (2006); “Estará o fisco a prejudicar a evolução contabilística”, in *Revista Electrónica INFOCONTAB*, 15 de Dezembro.

GERALDES, R. B. (2005); “Implicações da adopção das IAS no sistema contabilístico nacional”, *Revista Revisores & Empresas*, nº 29, Abril/Junho.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V.(1999); *Teoria da Contabilidade*, Edições Atlas, São Paulo, Brasil.

IMPrensa Nacional Casa da Moeda:

– *Decreto-Lei n.º 47/1977*, de 7 de Fevereiro, que aprova o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC).

- *Decreto-Lei n.º 442-B/1988*, de 30 de Novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC);
- *Decreto-Lei n.º 410/1989*, de 21 de Novembro, que aprova as alterações ao POC.
- *Decreto-Lei n.º 158/2009*, de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- *Decreto-Lei n.º 159/2009*, de 13 de Julho, que aprova as alterações ao CIRC;
- *Aviso n.º 15652/2009*, de 7 de Setembro, que publica a Estrutura Conceptual (EC);
- *Aviso n.º 15653/2009*, de 7 de Setembro, que publica as Normas Interpretativas (NI);
- *Aviso n.º 15654/2009*, de 7 de Setembro, que publica a NCRF-PE
- *Aviso n.º 15655/2009*, de 7 de Setembro, que publica as NCRF (2009): NCRF 25 “Imposto sobre o Rendimento”;
- *Portaria n.º 986/2009*, de 7 de Setembro, que publica os modelos das Demonstrações Financeiras;
- *Portaria n.º 1011/2009*, de 9 de Setembro, que publica o Quadro de Contas.

IUDÍCIBUS, S. (1998); *Teoria da Contabilidade*. 5ª Edição, Edições Atlas, São Paulo, Brasil.

LOPES DE SÁ, A. (2000); “O verdadeiro sentido do conhecimento histórico em contabilidade”, Centro de Estudos da APOTEC, [www.apotec.pt](http://www.apotec.pt), em 18/09, APOTEC, Lisboa, Portugal.

LOPES DE SÁ, A. (1998); *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, 2.ª Edição ampliada, Vislis Editores, Lisboa, Portugal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS, Discurso do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, CARLOS LOBO, Abril de 2008.

MONTEIRO, M. N. (1979); *Pequena História da Contabilidade*, Edição APOTEC, Lisboa, Portugal.

PEREIRA, R.; ESTEVAM, M.; ALMEIDA, R. (2009), “Harmonização Contabilística Internacional – Análise das suas Implicações em Portugal”, 1ª Ed., Lisboa, Deplano Network SA.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.